

Veículo: Política Livre	
Data: 11 a 13.07.2020	Caderno: Economia



Paulo Câmara propõe isenção do ICMS dos produtos da cesta básica

BAHIA

Para minimizar os efeitos da pandemia do novo coronavírus na Bahia, o deputado estadual Paulo Câmara (PSDB) propôs ao Governo do Estado a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nos produtos que compõem a cesta básica. A sugestão foi apresentada à Assembleia Legislativa por meio de uma indicação e sugere a aplicação desse benefício enquanto durar o estado de calamidade pública dos municípios baianos em virtude da pandemia.

Além dos produtos identificados nessa categoria por especialistas do Congresso Nacional, como carne, leite, feijão, arroz, farinha, batata, legumes (tomate), pão, café, frutas (banana), açúcar, óleo e manteiga, o deputado Paulo Câmara sugeriu a inclusão de outras mercadorias, levando em consideração as novas necessidades que surgiram com o passar do tempo, como sal de cozinha, aves, massa de macarrão desidratada, sardinha em lata, salsicha, linguiça, mortadela, charque, pescado, alho, margarina vegetal, fubá de milho, escova e creme dental, sabonete, papel higiênico, vinagre, protetor solar com fator igual ou superior a 30,

repelente de insetos, água mineral, álcool etílico 70, pote com panos umedecidos de álcool etílico e álcool em gel 70%.

Em sua justificativa, Paulo Câmara relata o caos provocado pela doença no mundo todo, incluindo o Brasil, onde há mais de um milhão de infectados, o que trouxe uma situação de desespero e fome, em que muitos trabalhadores exercem função autônoma e por isso não possuem reserva financeira para arcar com as necessidades básicas do dia a dia.

“Sabemos que ações isoladas não resolverão todos os problemas do nosso povo sofrido, mas conceder isenção dos produtos de primeira necessidade faz-se necessário e fundamental para que os baianos tenham seu sofrimento amenizado durante essa pandemia, já que não há perspectiva de melhora financeira para a maioria da população. Reduzir esse custo de vida, além de ser uma atitude humanitária, torna-se de caráter inequívoco de atenção e zelo por parte de nós, gestores públicos, em função dos nossos habitantes”, destacou.

Veículo: A Tarde	Caderno: Opinião
Data: 13/07/2020	Página: A2

A TARDE
O jornal de toda Bahia

Minas com Bahia

A mudança na jurisprudência do STF sobre o crime de sonegação fiscal, no caso de ICMS retido e não repassado, levou para a cadeia o empresário Ricardo Eletro, após operação policial montada em conjunto pela Polícia e o Ministério Público mineiro. Na Bahia, fontes asseguram que o GAECO anda no encalço de grandes conglomerados e essas mesmas fontes "insinuam" que empresários que migraram para o ramo de shoppings centers estão envolvidos.

A TARDE

O jornal de toda Bahia

ALOÍSIO PONTES

Vendas online, delivery e promoções têm sido algumas alternativas usadas pelas empresas de vendas de autopeças para passar pela crise econômica, aprofundada pela pandemia que resultou em mais queda de vendas e até fechamento de lojas em cidades inteiras e em bairros da capital baiana.

O resultado foi a redução de faturamento, que obrigou estabelecimentos a decretar férias coletivas, remanejar funções e até mesmo demitir. Na esteira da crise de todo o setor varejista, que na Bahia teve recuo de 20,8% em maio na comparação com igual mês do ano anterior, o segmento veículos, motos, partes e peças teve queda de 53% nas vendas, neste mesmo período.

Os dados são da mais recente Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – realizada em âmbito nacional, e analisados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento. A análise da SEI indica que a atividade foi fortemente influenciada pelo crédito, e teve as vendas comprometidas dado ao "oceano" de incertezas provocado pela Covid-19.



O movimento é fraco na área da Baixa de Quintas

COMÉRCIO Vendas online, delivery e promoções são algumas das alternativas utilizadas por lojistas para atravessar crise econômica, agravada pela pandemia

Varejo de autopeças tem queda de 53% nas vendas

Hoje, os balconistas têm um celular da empresa e fazem todas as etapas da venda. Depois, passam para a entrega, especificando como será o pagamento e outros detalhes. Acho que isto veio para ficar. Aqui, as entregas são bem tranquilas, porque estamos instalados em uma área onde se concentra a maior parte das oficinas", diz, ressaltando que a loja física segue todas as orientações de saúde e tem um funcionário na porta para controlar o fluxo de clientes, sempre controlando o número de pessoas".



"Esse cenário levou as instituições financeiras a restringirem a liberação de crédito, dada a iminente elevação da taxa de inadimplência nos próximos meses", avaliam os técnicos.

Na Salvador Autopeças, que possui lojas na Baixa de Quintas e São Cristóvão, a queda nas vendas chegaram a cerca de 40% e a empresa teve de demitir 5% do quadro. "Estamos trabalhando muito, reduzimos a margem de lucro, mas em São Cristóvão são 14 dias totalmente fechado. A crise é muito grande", conta José-lito Caldas da Hora.

"Aqui [na loja em funcionamento] estamos seguindo todas as orientações, colocamos faixas isoladoras, restrição de número de clientes, uso de máscara e álcool em gel para funcionários e clientes", fala.

A loja Só Motor, também em São Cristóvão, um dos bairros que tem atualmente maior restrição de atividades na capital baiana, também convive com as incertezas e a paralisação do negócio. "Estamos fazendo alguns serviços internos, reorganizando almoxarifado, com algumas poucas vendas por telefone. Mas estamos praticamente parados, porque as oficinas também estão fechadas", explica a



Setor atravessa desaquecimento também devido ao mercado externo, com a queda na produção de veículos

vendedora Fernanda Moreira. O estabelecimento tem quatro funcionários e por enquanto mantém todos os empregos.

Já Marcelo de Andrade Feitosa, gerente da Autopeças Roni, revela que a queda nas vendas chegou a 50%. "Chegamos até a pensar em suspensão de contrato, mas ain-

da não fizemos. Logo no início colocamos metade dos funcionários em férias coletivas, e em seguida a outra metade", diz o gerente, líder de 100 funcionários.

A empresa que trabalhava com vendas por meio de telefone, e-mail e WhatsApp, intensificou uso destes canais. "Dobramos este tipo de

atendimento e também as entregas", afirma Feitosa.

Na loja da rede em Eunápolis, a queda na venda ficou na casa dos 30%, apesar da cidade ter passado por um lockdown de 20 dias. O município foi um dos que tiveram, inclusive, toque de recolher instituído.

"Passamos a atender só

pelo telefone, e remanejamos os funcionários para fazer as entregas. Assim conseguimos manter o emprego de todos os 47 funcionários", conta.

Mercados

"Mesmo com a reabertura, muitos clientes ainda preferem continuar em casa.

Influenciado no mercado interno pela queda da produção automobilística, e no mercado externo pela crise e dificuldades logísticas em função da pandemia, o setor de produção de autopeças também registra quedas em todas as frentes. As relações comerciais da indústria de autopeças com o exterior prosseguiram fracas em maio passado.

As exportações de autopeças totalizaram US\$ 239,7 milhões em maio, com retração de 18,4% em comparação ao mês anterior, e de 63,6% frente a maio de 2019, segundo o Relatório da Balança Comercial de Autopeças, elaborado mensalmente pelo Sindipeças, com base em informações da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia.

No mercado interno, a produção acompanhou a redução da produção de automóveis. "Em abril, a produção somou miserios 1,8 mil autoveículos, os licenciamentos contabilizaram 55,7 mil, e foram exportadas 7,2 mil unidades", aponta o relatório que indica também que o faturamento da indústria de autopeças "afundou" 81,6% em relação a março, quando já havia encolhido 7,7% na passagem mensal", informa o texto.

Veículo: A Tarde	Caderno: Opinião
Data: 12/07/2020	Página: A2

Alta do PIB do agro

A participação baiana do segmento primário agrícola ajudou a puxar a alta de 3,7% no Produto Interno Bruto do agronegócio brasileiro, nos primeiros quatro meses do ano.

Entre as melhores participações, destacam-se o café produzido na Chapada Diamantina e sudoeste; o cacau, no sul do estado, além da safra de soja, a segunda maior da história, e de milho, no oeste.

Os dados são da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), calculados em parceria com o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepa).

Veículo: A Tarde	Caderno: Política
Data: 12/07/2020	Página: B1

Nem tudo vai mal na pandemia. O agronegócio vive tempo bom

Se há um segmento da economia que não tem do que se queixar com a pandemia é o agronegócio. Alguns segmentos, como o de frutas, estão ganhando porque a procura no mercado internacional subiu, como diz o deputado Tum (PSC), produtor de manga e uva em Casa Nova:

– O preço está bom e não temos frutas para entregar. A procura é grande demais.

O cenário também é sorridente para os mais de 1.300 produtores de soja. O Brasil retomou a liderança da pro-

dução mundial, com 247,4 milhões de toneladas. A Bahia, que tem seu grande núcleo produtor no oeste, entra com seis milhões de toneladas, a segunda melhor safra da história (a maior foi em 2017).

CAFÉ NA MESA – Incrível, mas os perturbadores do agronegócio seriam justamente do time de Bolsonaro, que grande parte dos produtores adota, com provocações a árabes e chineses, fortes clientes. Mas, dizem lá, isso não fedeu nem cheirou, até porque a safra de hoje já foi

vendida no ano passado.

João Lopes Araújo, presidente da Associação Baiana de Produtores de Café, diz que o segmento também vai bem no país, com uma produção de 70 milhões de sacas, a Bahia, com 4,5 milhões, 20 mil produtores espalhados por 100 municípios.

– De preço e mercado, vamos bem. Claro que a pandemia afeta as fazendas, temos que tomar os devidos cuidados, mas o distanciamento é quase normal, faz parte.

Se assim o é, agora só faltou um cafezinho.

Setor turístico soma perda de R\$ 4 bilhões

MIRIAM HERMES

“Com todos os atrativos fechados desde o início da pandemia, estamos 100% parados há mais de três meses e ainda sem ter novas perspectivas para os próximos”, desabafava ontem a guia e empresária do ramo do turismo de aventura, Carol Cirino, de São Desidério. Até maio, última pesquisa divulgada sobre a atividade no estado, o setor somava uma perda de 4,07 bilhões na Bahia, conforme dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. A mesma pesquisa apontou em R\$ 88 bilhões o prejuízo do setor turístico no Brasil.

Conhecido pelas belezas naturais com aptidão à prática de esportes radicais, São Desidério é o município do oeste baiano que concentra o maior número de atrativos já organizados para a recep-

ção de visitantes na região. “Somos um dos setores mais atingidos pela pandemia, porque fomos atingidos com as primeiras medidas restritivas e não sabemos como estará a economia depois que a pandemia passar” afirmou a empresária.

Ela revelou que tem uma pequena procura pelos serviços, “por pessoas que estão entediadas de ficar dentro de casa e querem espalhar, mas com atrativos fechados não dá para atender”, disse, destacando que compreende a necessidade das medidas sanitárias de distanciamento social, “apesar das consequências”.

Município vizinho de São Desidério, em Barreiras se concentram os principais hotéis e restaurantes da região. Na cidade os empresários do setor também se ressentem das medidas de distanciamento social, entre elas a suspensão dos transportes regulares ter-

restres e aéreos.

“Os hotéis seguem abertos, mas o movimento é baixo”, explicou a diretora municipal de Turismo, Mirtes Lima, salientando que apesar de todo o potencial existente na região para o turismo de contemplação e de aventuras, a principal demanda por leitões ainda está ligada ao turismo de negócios.

Esperança

Conhecido pelo turismo religioso, Bom Jesus da Lapa atraiu em 2019 cerca de 2,5 milhões de visitantes, conforme estimativa da Secretaria Municipal de Turismo e Empreendedorismo. Com toda a programação religiosa presencial suspensa desde março, o movimento no setor de turismo estancou, conforme o proprietário de restaurante, Alfredo Santos, que não calcula o valor do prejuízo. “Só sei que tudo parou e nos últimos meses não tive movi-

mento, desmobilizei minha equipe e cortei gastos”, disse. “Mas tenho esperança de tudo voltar ao normal até dezembro”, diz.

Neste sentido o Serviço Nacional do Comércio (Senac) lança virtualmente na 2ª-feira (13) um programa para apoiar a região Nordeste e o Espírito Santo na retomada do setor hoteleiro. Com início às 14h30, via plataforma Microsoft Teams, seis especialistas da área vão apresentar as diretrizes para o reinício da atividade nos próximos meses.

Empresários do setor sofrem os impactos das medidas de distanciamento social

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 13/07/2020	Página:

Correio*

Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR



jairo.junior@redabahia.com.br



@satelite

Na Bahia não existem números oficiais de casos de violência contra homossexuais, bissexuais e transgêneros, o que dificulta realizar a prevenção e proteção das vítimas Osni Cardoso

Deputado estadual do PT, ao propor projeto de lei que cria um cadastro específico com dados sobre crimes contra a população LGBT

Contas na lupa

O Tribunal de Contas do Estado (TCE) detectou irregularidades e indícios de dano ao erário nas aquisições de equipamentos hospitalares realizadas pelo governo da Bahia para tratar pacientes com covid-19. Em relatório preliminar de auditoria, que abrange o período de março a junho, técnicos de controle externo do TCE apontaram a existência de compra de material junto a empresas sem cadastro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária, “efetuadas com pagamentos antecipados, mediante contratos que já previam no seu escopo condições extremamente desfavoráveis ao comprador e sem garantias mínimas de cumprimento, expondo o erário a possíveis danos de elevada monta e sem o devido registro tempestivo nos sistemas patrimonial, financeiro e de contabilidade do Estado”.

FUROS NA CERCA

Os auditores destacaram ainda a descoberta de “erros administrativos grosseiros” no uso dos recursos públicos do governo, originados por “ação ou omissão” das autoridades responsáveis pelos contratos emergenciais da pandemia.

Rastros a seguir

Um informante que passou a colaborar voluntariamente com a Faroeste sugeriu a investigação do esquema de venda de sentenças atenção especial à corrida pela vaga de desembargador do Tribunal de Justiça da Bahia (TJ) reservada aos membros do Ministério Público do Estado (MP). Segundo o colaborador, o cruzamento dos nomes dos procuradores de justiça eleitos para a lista sêxtupla com ações de caráter privado em que o MP foi convocado pelo TJ a se manifestar pode revelar detalhes ainda desconhecidos pela operação. Sobretudo, se o foco for concentrado em processos sob suspeita de favorecimento a integrantes do esquema, nos quais o MP já havia emitido parecer contra a interferência do órgão.

Campo de atração

As pistas fornecidas pelo novo colaborador despertaram interesse na equipe da Faroeste por dois motivos. O primeiro é a natureza incomum de manifestações do MP em disputas judiciais entre empresas do setor privado, sem ligação com causas públicas individuais ou coletivas. A segunda tem a ver com a desconfiança sobre táticas usadas por integrantes do esquema para maquiagem decisões controversas de magistrados do TJ através de pareceres jurídicos externos.

Fora da ordem

Dirigentes da rede municipal de ensino em Ipiáu foram acusados de manipular conteúdo pedagógico distribuído aos alunos para doutrinação política. A denúncia feita à Secretaria de Educação da cidade tem como base material fornecido recentemente pela Escola Municipal Ângelo Jaqueira aos estudantes do 8º ano, composto de um caderno com questões cujo teor foi considerado depreciativo à imagem do presidente Jair Bolsonaro.

Pode isso?

Uma delas traz como destaque ilustração do Planalto, com o enunciado: “Depois do Queiroz... Vai um suquinho de laranja aí, presidente?”. Na sequência, vem a resposta de Bolsonaro: “Não!”. Entre as alternativas da recusa, está a que cita o ex-PM Fabrício Queiroz como laranja do senador Flávio Bolsonaro.

ECONOMIA**GOVERNO QUER QUE MP 927 PERCA VALIDADE**

TRABALHO O governo deve trabalhar para que a Medida Provisória 927, que flexibilizou regras trabalhistas durante a pandemia do novo coronavírus, deixe de ter validade antes de ser aprovada pelo Congresso. A mudança de estratégia vem depois das alterações feitas pelo senador Irajá (PSD-TO), relator do texto na Casa, que quer prorrogar a suspensão da cobrança de tributos das empresas até o fim da calamidade pública, em dezembro.

A área econômica é contra a extensão, com o argumento do desfalque que isso provocaria aos cofres públicos, já sob pressão diante da necessidade de aumento de gastos e do adiamento de

cobranças concedido no segundo trimestre deste ano.

O prazo para a votação se encerra em 19 de julho, e o governo não pretende se esforçar para manter o texto de pé. Para não prejudicar empresas que contavam com medidas de flexibilização das relações trabalhistas já previstas até o fim do ano, como antecipação de férias, adiamento do repasse do terço de férias e regime especial de compensação por meio de banco de horas, a intenção na área econômica é trabalhar num projeto de lei que incorpore esses itens. Outra possibilidade é incluir esses artigos em alguma outra medida provisória em tramitação.

COM SHOPPINGS VAZIOS, LOJAS TÊM PREJUÍZO

SEM CLIENTES Com corredores vazios e vendedores conversando para passar o tempo, os shoppings de São Paulo estão, para todos os efeitos, com as portas abertas ao público há um mês. No sentido prático, eles ainda não conseguiram convencer a clientela a retornar às lojas para consumir.

Como resultado, comerciantes relatam vendas médias 90% inferiores às de antes da pandemia. Mariane Sampaio, dona de duas chocolaterias em shoppings da

capital paulista, conta que já abriu e fechou o caixa para um faturamento de R\$ 50. Jin Xiaoxiong, dono de uma rede de oito lojas de bijuterias, afirma que ficou sem fazer uma única venda por três dias em uma das lojas. “As vendas não estão cobrindo nem mesmo as despesas com funcionários”, relatou o empresário ao Estadão.

Até hoje, 375 shoppings (65% do total) deverão estar abertos no Brasil, conforme a Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasce).



Movimento em lojas de material de construção na periferia aumentou: dados apontam que o auxílio emergencial tem papel fundamental nisso

A diversão é botar a mão na massa

Periferia Auxílio emergencial faz venda de materiais de construção subir

Marcela Villar*

REPORTAGEM
marcelavillars@gmail.com

Com o auxílio emergencial, que foi recebido por mais de 60% da população da Bahia, a renda média das famílias baianas aumentou 25,9% no mês de maio: o valor passou de R\$ 628,7 para R\$ 791,5 por pessoa, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com essa renda extra, os baianos aproveitaram a pandemia para reformar suas casas e as vendas aumentaram nas lojas de material de construção, principalmente nas periferias.

8%
Cresceu o consumo de material de construção em lojas na periferia de Salvador, segundo a Acomac-BA

“A partir do momento que o governo liberou o auxílio, sentimos um aumento progressivo das vendas, principalmente em maio e junho, em que elas foram superiores ao do ano passado”, constata Hebert de Souza, sócio da loja de materiais de construção Construsouza, em São Marcos, em que as vendas aumentaram 29% em junho deste ano em relação ao mesmo mês de 2019.

O dado foi ratificado pela Associação dos Comerciantes de Material de Construção da Bahia (Acomac-BA): enquanto que o consumo nas lojas de material de construção que ficam no centro da cidade reduziu em 12%, ele aumentou cerca de 8% nas lojas do segmento na periferia. Para o presidente da Acomac-BA, Geraldo Cordeiro, esse crescimento na periferia é consequência direta do auxílio emergencial.

A conclusão também foi tomada a partir da análise do perfil do cliente, que compra aos poucos e num valor abaixo de R\$ 150. “É o consumo formiguinha, de construir um puxadinho, que vem segurando o setor. As pessoas destinaram uma parte do auxílio para poder ajustar a casa”, explica Cordeiro.

No geral, o setor de materiais de construção retraiu na

pandemia. Dados mais recentes do IBGE apontam que, enquanto que em abril houve redução de 24%, em maio, o percentual foi de 5,1%, quando comparado aos mesmos meses de 2019. Ou seja, houve uma grande recuperação da categoria, principalmente em relação a outros setores, como o automobilístico, que continuou em baixa, agora de mais de 50%.

“Meus clientes de classe média sumiram todos, só quem tá comprando é do auxílio emergencial”, diz Gilberto Cerqueira, 60, proprietário de uma das maiores lojas de material de construção de Salvador: O Fazendão, em Cajazeiras. “A clientela que tá entrando na loja é gente que não tinha nada dentro de casa. Você vê a felicidade de comprar um só item”, narra Cerqueira, que diz ainda que seus clientes não compram muito. “Não tem compra grande, de R\$ 1 mil. Sempre quando vem, compra um pouquinho. É coisa de 20m² de piso”, exemplifica.

Quem aproveitou para fazer reforma na casa foi Gabriela Silva, 23, que mora em Tancredo Neves. Por ser mãe solteira do menino Ian, 3, e não ter carteira assinada, ela teve direito a um auxílio

mensal de R\$ 1,2 mil. Começou a arrumar o andar de cima do imóvel em que morava com a mãe, além de estar construindo um muro na frente da casa. “As paredes já estavam levantadas, mas não tinha reboco. Coloquei forro PVC, piso, vaso sanitário, pia do banheiro e vou pintar as paredes”, planeja.

Carolyna Teixeira, 29, estudante de pedagogia e moradora de Lauro de Freitas, também conseguiu o mesmo valor do auxílio. Mãe solteira de duas crianças e beneficiária do Bolsa Família, Carolyna já tentava fazer a reforma em sua casa há quase três anos, mas nunca sobrava dinheiro. “Tinha que me dividir por três”, diz.

Depois que começou a receber as parcelas de R\$ 1,2 mil, a estudante reformou seu quarto, mudou a parede, comprou beliche e um guarda-roupa para os filhos. Com as próximas parcelas, ela planeja ainda comprar uma TV para a avó. “Nada mais justo do que investir neles”, completa.

Segundo a Acomac-BA, os produtos mais comprados são blocos, cimento, piso e cerâmica para a construção, assim como telhas e materiais impermeáveis para se proteger das chuvas – o mês de abril de 2020 foi o mais chuvoso dos últimos 14 anos, de acordo com a Codesal – e também equipamentos para a manutenção da rede elétrica, como resistências e disjuntores, além de varais e louça sanitária.

GRATUITO

Para famílias com renda de até três salários mínimos, a Prefeitura de Salvador, através da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas (Seinfra), disponibiliza arquitetos e engenheiros para elaboração de projetos de construção ou ampliação de imóveis. O serviço é gratuito, mas, como só pode ser realizado com atendimento presencial, está suspenso por conta da pandemia.

A Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (Fauba) também oferece ajuda gratuita. Para mais informações, é só mandar e-mail para a coordenadora do projeto, professora Rosana Muñoz: munoz.rosana@gmail.com.

*SOB ORIENTAÇÃO DA CHEFE DE REPORTAGEM PERLA RIBEIRO

Bahia foi o estado com mais vendas em junho

A Bahia foi o estado em que mais se comprou materiais de construção no mês de junho, segundo a jornalista Miriam Leitão, colunista do O Globo e do CORREIO. A Vedacit, que produz materiais impermeabilizados e tem fábrica em Salvador, bateu seu recorde de faturamento e teve alta de 32% nas vendas.

O CEO da empresa, Marcos Bicudo crê o auxílio

emergencial teve impacto no resultado e o que destaque no estado veio pelo consumidor que faz pequenas compras por mês. “Metade do setor de material de construção é movimentado por informais, que fazem pequenas compras. O impacto é grande e julho deve manter o ritmo de junho”, conta o executivo.

No setor industrial, a fa-

bricação de produtos de materiais de construção retraiu 11,9% em maio deste ano se comparado a maio de 2019, como foi informado pelo último relatório da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb). A avaliação da área técnica da Fieb é de que o setor não está muito diferente dos demais. A maior queda foi no segmento de veículos automotores, com

baixa 97,2%, seguido do setor de equipamentos de informática, que caiu 62,7%.

Os setores que apresentaram maior aumento em maio em relação ao mesmo mês do ano passado foram o de refino de petróleo e biocombustíveis, que cresceu 26,8%, seguido da indústria alimentícia, com alta de 7,9%.

Em Simões Filho, a Blocos Líder, que produz pré mol-

dados de concreto, como pilares e blocos, foi uma das que teve retração com a pandemia.

“Como não fazemos estoque e nossa produção é em função da demanda, deu uma diminuída”, esclarece o gerente administrativo Márcio Luede. A fábrica, que estava em crescimento de 11% no primeiro trimestre em relação a 2019, registrou baixa de 12%.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 11 e 12/06/2020	Página:

Correio*

24H ECONOMIA

RMS tem a segunda maior inflação do país em junho

PESQUISA O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), medida oficial da inflação, ficou em 0,68%, em junho, na Região Metropolitana de Salvador (RMS). O resultado veio depois de duas deflações seguidas (-0,16% em abril e -0,47% em maio) e ficou bem acima também da variação de junho de 2019 (0,01%). Os dados foram divulgados nessa sexta-feira (10) pelo IBGE.

A inflação de junho na RMS foi a segunda mais elevada dentre os 16 locais investigados pelo IBGE, menor apenas que a alta registrada na Região Metropolitana de Curitiba (0,80%). Ficou também significativamente acima da inflação do país como um todo (0,26%).

Com o resultado de junho, o IPCA da RMS acumula alta de 0,72% no primeiro semestre de 2020. Está bem acima do verificado no Brasil como um todo (0,10%). Nos 12 meses encerrados em junho, a inflação acumulada na RMS ficou em 2,35%, também acelerando em relação ao 1,66% acumulado até maio e passando, pela primeira vez no ano, a ficar acima do índice nacional (2,13%).

De acordo com a pesquisa, a inflação de junho na RMS foi resultado de aumentos verificados em sete dos nove grupos de produtos e serviços que compõem o IPCA. No mês, apenas vestuário (-1,28%) e despesas pessoais (-0,06%) tiveram variações negativas.

Com o maior aumento médio e uma forte aceleração em relação a maio, quando havia registrado deflação de -4,11%, o grupo transportes (2,41%) foi o que mais puxou o IPCA de junho para cima. A influência veio quase que exclusivamente dos combustíveis (12,85%), com aumentos importantes da gasolina (13,54%) do etanol (13,35%) e, em bem menor escala, do diesel (1,89%). O aumento dos combustíveis conseguiu neutralizar a nova queda nos preços das passagens aéreas (-25,36%).

13,54

por cento foi a alta do preço da gasolina em junho, segundo a IBGE. Já o do etanol ficou 13,35% mais caro; O óleo diesel, por sua vez, registrou uma alta de 1,89% no mês passado

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 11 e 12/06/2020	Página:

Correio*

Mais 15 cidades terão medidas restritivas, diz governador

CONTRA O VÍRUS O governador Rui Costa esteve em reunião nos últimos três dias com os 100 prefeitos das cidades mais atingidas pela covid-19 no interior da Bahia. Na noite de sexta-feira (10), ele anunciou que decretará medidas restritivas de circulação em mais 15 cidades do estado: Barra do Choça, Buerarema, Casa Nova, Filadélfia, Gentil do Ouro, Guaratinga, Ibirapitanga, Ibirataia, Iraquara, Irecê, Ipiaú, João Dourado, Macururé, Nilo Peçanha e Presidente Tancredo Neves. O decreto com as medidas deverá ser publicado ainda neste

sábado (11).

Conforme noticiou a TV Bahia, o documento deve conter a proibição de circulação à noite, funcionamento apenas do comércio essencial, reforço da fiscalização de isolamento com auxílio da Polícia Militar e aumento de testagem de cidadãos para identificar contaminados pelo coronavírus.

A recomendação é que as lojas de produtos não essenciais só deverão voltar a funcionar quando a taxa de ocupação de Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) dos

municípios baixarem para 75% e assim se mantiverem por pelo menos cinco dias. Atualmente, a taxa de ocupação das unidades intensivas da Bahia está em 79%.

De acordo com o governador, depois do São João, a Bahia atingiu a maior taxa de crescimento de casos desde o início da pandemia. O fenômeno aconteceu porque muita gente insistiu em viajar para o interior mesmo com o cancelamento dos festejos em todo o estado.

LEIA MAIS SOBRE A COVID-19 E O SÃO JOÃO NO INTERIOR NA PÁGINA 22.

“Hoje temos cerca de 90 cidades com taxas muito altas e estamos muito preocupados **Rui Costa**”

Governador, ao justificar as restrições em mais 15 cidades baianas.



MIRIAM LEITÃO

 blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/



O DINHEIRO FALOU ALTO E CLARO AO BRASIL SOBRE A NECESSIDADE DE ACABAR COM DESMATAMENTO

Quando o dinheiro fala é melhor ouvir

A presidente do Banco Central Europeu, Christine Lagarde, disse ao "Financial Times" que está comprometida com a busca de uma economia mais verde. "Eu quero explorar todas as avenidas disponíveis para combater as mudanças climáticas, porque, no fim das contas, o dinheiro fala." O dinheiro falou alto e claro ao Brasil nos últimos dias sobre a necessidade do fim do desmatamento da Amazônia. Na resposta, o vice-presidente Hamilton Mourão teve uma boa atitude, mas repetiu alguns velhos equívocos.

A boa atitude é receber os investidores e os empresários e se comprometer com resultados e até, como disse ontem,

adotar metas de redução de desmatamento. Isso, se virar realidade, será uma mudança radical na atitude do governo. Será preciso abandonar teses antiquadas.

Não leva a lugar algum repetir o argumento de que a pressão vem de competidores comerciais do Brasil. Sim, o Brasil é um fenômeno agrícola. Deu saltos de produtividade, desenvolveu novas tecnologias, tem água, terra, conhecimento. Sempre haverá competidores rondando. O problema é por que um país com imensas possibilidades facilita tanto a vida dos competidores como faz o governo Bolsonaro? Segunda dúvida: por que destruir exatamente esse patrimônio que nos

dá vantagens competitivas?

A aliança tem que ser com o moderno agronegócio, e não com a cadeia de crimes que grila e devasta. É irracional não reprimir essa forma truculenta de ocupação de território e de roubo de bens públicos. É do nosso interesse levar o país ao desmatamento líquido zero, como nos comprometemos no Acordo de Paris. O país será o maior ganhador. Dentro do agronegócio há uma luta entre o novo campo e a lavoura arcaica. Por atos e palavras o governo Bolsonaro até agora fortaleceu o passado. Não farei a exaustiva lista dos erros desta administração na área ambiental. Ela não cabe neste espaço. O aumento do desmatamento

e as queimadas falam por si.

É um tiro no pé levar o ministro Ricardo Salles para a conversa e ainda fortalecê-lo no cargo. Só se engana com ele quem jamais se aprofundou no tema. Mourão tem tudo para entender profundamente. Morou na Amazônia, viajou na floresta por terra, ar e rios. Em algum ponto do Rio Negro deve ter sentido a força da floresta em pé. Salles é um equívoco. Os financiadores sabem disso. Os empresários atualizados, também.

O vice-presidente convidou os investidores a financiarem a conservação na Amazônia. Mas foi este governo que acabou com o principal instrumento, o Fundo Amazônia, pelo qual dois países amigos, a Noruega e a Alemanha, deram dinheiro ao Brasil. O dinheiro foi usado para financiar políticas públicas. O que os doadores do Fundo pediam? Governança. Que o Conselho representasse a sociedade, os governos estaduais, a ciência e não apenas o governo federal. Salles desmontou o conselho. Fez outro que só tinha Brasília, não tinha Brasil.

Mourão acertou quando falou em resultados e metas. Só que não pode ser para inglês ver. E para ser real é preciso entender algumas coisas: o Ibama e ICMBio já estavam sem recursos, mas foi o atual governo

que os atacou de forma implacável. Os incêndios na Amazônia são majoritariamente criminosos, feitos por grileiros para eliminar o resto de vegetação que fica após o desmatamento. Isso não é palpite. Existem imagens de satélite que podem recuar no tempo e apagar as dúvidas que ainda existam. Não se trata de enfrentar a "narrativa". E sim de encarar os fatos.

O dinheiro está pressionando por uma economia mais verde porque de repente passou a ter princípios? Não. Porque os fundos reagem à pressão dos seus stakeholders, de todos os envolvidos no negócio. O consumidor pressiona a empresa, que cobra do investidor, que quer saber do fundo se há forma de rastrear o produto. E, na dúvida, o país é vítima de boicote. Os empresários brasileiros ontem disseram que já sentem a queda dos aportes estrangeiros.

O ministro das Comunicações não sabe que a floresta amazônica fica na Amazônia. O ministro do Meio Ambiente nunca tinha visitado a floresta quando assumiu o cargo. O governo pode continuar cometendo erros grosseiros ou entender a gravidade do assunto. Este governo tem horror a ambientalista. Tá ok, entendi. Mas agora é o capital que está falando. É melhor ouvir.

Tribuna

Cesta básica

Para minimizar os efeitos da pandemia do novo coronavírus na Bahia, o deputado Paulo Câmara (PSDB) propôs ao Governo do Estado a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nos produtos que compõem a cesta básica. A sugestão foi apresentada à Assembleia Legislativa por meio de uma indicação e sugere a aplicação do benefício enquanto durar o estado de calamidade pública dos municípios baianos em virtude da pandemia.

VICTOR PIN

Na arena, o 1
meio ao c

Proposta

O deputado Eduardo Salles (PP) sugeriu à Desenhahia abrir uma linha de crédito especial aos proprietários de transporte complementar e escolar e para o governador Rui Costa (PT) conceder, por meio da Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz), a prorrogação do pagamento do IPVA. O parlamentar argumenta que a proibição de transporte intermunicipal imposta pelas autoridades sanitárias e a suspensão das aulas nas redes pública e privada fez milhares de trabalhadores do transporte complementar e escolar perderem sua fonte de renda e os impossibilita de pagar os custos de manutenção, como prestação do financiamento e seguro, e impostos do veículo.

Tribuna

BOLSONARO

Economia leva euforia a apoiadores do governo

AUGUSTO FERNANDES E
INGRID SOARES
ESTADO DE MINAS

Indicadores positivos de produtividade do país em maio e junho têm sido comemorados pela base de apoio do presidente Jair Bolsonaro, que viu na tímida recuperação da economia, nos últimos dois meses, uma demonstração de que será possível superar a crise provocada pela pandemia do novo coronavírus mais rápido do que se esperava. Esse horizonte otimista, por consequência, serve como combustível para o entorno do mandatário apostar na reeleição em 2022.

Um dos pontos destacados pelos governistas foi a carga do Sistema Interligado Nacional (SIN), que, em junho, aumentou cerca de 2% em relação ao índice registrado em maio. O Ministério das Minas e Energia relacionou a alta "ao retorno gradual das atividades econômicas" no Brasil e o chefe da pasta, ministro

Bento Albuquerque, salientou que "existem alguns indícios, bastante consistentes, de que o país iniciou a retomada". O Planalto se anima com futuro a curto prazo, especialmente porque o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico prevê a manutenção da "tendência de retomada gradativa da carga" para julho.

A movimentação em alguns portos do país também foi vista com bons olhos pelo Executivo, sobretudo em Santos (SP), que abriga o maior complexo portuário da América Latina. De acordo com informações da Autoridade Portuária, o cais do município paulista tem registrado recorde de movimentação de cargas, mesmo em meio à pandemia. Entre janeiro e maio, houve movimentação de 58 milhões de toneladas de cargas – o maior valor contabilizado para o período. Apenas em maio, 12,9 milhões de toneladas de mercadorias entraram ou saíram pelo porto – valor 18,1% superior ao volume aferido no mesmo mês

de 2019.

Ainda agradou ao Planalto os recentes crescimentos da confiança da indústria. Apesar de ainda não ter atingido os patamares de antes do início da crise sanitária da covid-19, o indicador medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) chegou a 77,6 pontos em junho – 16,2 acima do contabilizado em maio. A oscilação foi a maior para o mês desde que a série histórica do Índice de Confiança da Indústria teve início, em 2001, e todos os 19 segmentos industriais pesquisados registraram aumento. Foi o segundo mês consecutivo de alta: em maio, a confiança da indústria havia crescido 3,2 pontos.

Mais recentemente, na manhã da última quinta-feira, a Bolsa de Valores de São Paulo (B3) chegou a romper a marca dos 100 mil pontos. A última vez que o Índice Bovespa, principal indicador da B3, havia atingido esse patamar foi em 6 de março, quando a máxima ficou na casa dos 102 mil pontos. Passado, caiu com

a pandemia e voltou agora. É sinal de reaquecimento da economia, da confiança do mercado.

Tribuna

Clériston Andrade terá selo de eficiência

O Hospital Geral Clériston Andrade 2 (HGCA 2), em Feira de Santana, que será inaugurado nos próximos dias, conta com selo de eficiência energética e biossegurança. O investimento no sistema de climatização e exaustão da unidade foi superior a R\$ 3 milhões e foi implantado seguindo as rígidas normas da ABNT NBR 16401 e NBR 7256, que estabelecem, entre outras coisas, a observação

dos protocolos de Montreal e Kyoto, ao tratar da proteção da camada de ozônio e da redução do aquecimento global. Além disso, estabelecem exigências em relação à distribuição do ar, com atenção especial às áreas de isolamento e aos centros cirúrgicos a fim de evitar a disseminação de doenças infectocontagiosas.

Segundo o secretário da Saúde da Bahia, Fábio Vilas-Boas, "a climatização e

exaustão são mais do que um do que conforto para funcionários e pacientes, são uma medida de segurança adicional para a saúde de todos, já sendo uma regra em todas as unidades construídas na gestão do governador Rui Costa", afirma o secretário.

Vilas-Boas explica ainda que o HGCA 2 foi projetado para atender à segunda maior cidade do estado, Feira de Santana, e absor-

ver a demanda dos municípios do entorno. "Neste primeiro momento, a unidade estará dedicada ao atendimento de pacientes graves com o diagnóstico de coronavírus. E o sistema de climatização e exaustão não utiliza refrigerantes do tipo CFC e HCFC, preservando assim a camada de ozônio, observando-se protocolos internacionais e as normas da ABNT", detalha.

Tribuna

Leitos

Na próxima segunda-feira, o Hospital Geral de Vitória da Conquista (HGVC), unidade da rede da Secretaria da Saúde do Estado, passará a contar com mais dez leitos de UTI adulto para o enfrentamento da pandemia do coronavírus, na região sudoeste do Estado. Estes novos leitos de terapia intensiva se somarão aos dez de UTI e aos seis de enfermaria já existentes na unidade destinados ao tratamento da Covid-19.

Crédito na ponta

Aprovada na última quinta pela Câmara dos Deputados, a Medida Provisória (MP) 975/20, que cria um programa emergencial de crédito para pequenas e médias empresas, vai beneficiar mais de 500 mil microempreendedores individuais (MEIs) na Bahia. Segundo o deputado federal João Roma (Republicanos), a medida vai permitir aos MEIs um acesso mais fácil ao crédito, por meio da maquininha de cartão, sem burocracia, sem necessidade de garantias, com agilidade e com contratação eletrônica. "Nossa expectativa é que agora, com a aprovação desta MP, esse crédito possa, enfim, chegar na ponta, no empreendedor, em quem produz e gera emprego e renda", disse o deputado.

Prioridade

Em reunião por videoconferência com o ministro da Economia, Paulo Guedes, o deputado federal baiano Arthur Maia (DEM) solicitou ao governo federal "prioridade" no envio das reformas estruturantes, a exemplo da Tributária e da Administrativa. "É preciso retomar a agenda de reformas para o Brasil sair dessa crise o mais rapidamente possível. Serei um soldado para defender, no Congresso Nacional, essas e outras tantas propostas que são essenciais para impulsionar o crescimento do País", afirmou.

Tribuna

COMBATE À COVID-19

Governador encaminha para Assembleia da Bahia três propostas

REDAÇÃO

O governador Rui Costa (PT) enviou à Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA), nesta

semana, três projetos de lei. O presidente da Casa, deputado Nelson Leal (PP), deve convocar uma sessão extraordinária virtual nos próximos dias para apreciação das

propostas, após ter conversas com os líderes das bancadas da maioria e da minoria no Parlamento.

O projeto de lei 23.930 tem o objetivo de alterar duas leis editadas no sentido de criar dispositivos ao enfrentamento do novo coronavírus. A Lei 14.264 trata do pagamento de auxílio financeiro em favor de indivíduos infectados com o novo coronavírus, que aceitem ser hospedados nos Centros de Acolhimento e Acompanhamento Clínico. Originalmente, o governo

se dispôs a pagar R\$500 em duas parcelas, sendo a primeira ao sétimo dia de internamento e a segunda no 14º dia de permanência. A modificação que tramita agora no Legislativo estabelece o desembolso único do valor total, após a conclusão dos 14 dias de internação.

A outra alteração na lei é em relação à participação dos municípios no programa, com o acréscimo de mais um parágrafo ao Art. 2º. Ali fica estabelecido que "a transferência de valores dos municípios coparticipes para consecução do fim previsto no caput deste artigo será disciplinada através de regulamento e dependerá de assinatura de instrumento próprio". No projeto de lei nº 23.931/2020, o governador Rui

Costa visa declarar o educador Anísio Teixeira como patrono da educação baiana. O objetivo, explica o petista, em sua mensagem dirigida aos parlamentares, é reconhecer a importância do educador para a educação e cultura na Bahia enquanto gestor acadêmico e líder institucional. "Podemos citar a formulação de conceitos fundamentais sobre o que designava de Educação Democrática, através da concepção da nova escola pública, da defesa da educação como indutora de desenvolvimento social, cultural e humano, bem como por meio da universalização da educação nos níveis iniciais e da ampla oportunidade de acesso à educação superior, aliada

ao uso intensivo das tecnologias educacionais mais atualizadas", justificou o governador.

Nascido em Caetité, Anísio Spínola Teixeira foi bacharel em direito, gestor público, intelectual, educador e se tornou personagem importante na história da educação no Brasil quando, nas décadas de 1920 e 1930, difundiu o movimento denominado 'Escola Nova', cujo foco foi a renovação pedagógica da escola. Outro projeto encaminhado pelo governador solicita a autorização do Legislativo para transferir trechos de rodovias estaduais a quatro municípios. O projeto de lei 23.932/2020 prevê a cessão da administração de trechos rodoviários nas cidades de Lauro de Freitas, Firmino Alves, Ilhéus e Candeias.



DEPUTADOS

devem votar, nos próximos dias, os projetos de lei em sessões virtuais

Tribuna

Rui alerta para alta de casos de Covid no interior e fala em colapso na saúde

Em transmissão ao vivo pelas redes sociais, na manhã desta sexta-feira (10), o governador Rui Costa falou sobre o combate à pandemia de Covid-19 na Bahia e fez um alerta para a população de que o desrespeito às medidas de distanciamento social está dificultando e atrasando a superação dos efeitos da pandemia no estado. "Nós estamos fazendo um investimento grande em todas as regiões com a implantação de novos leitos e de unidades de retaguarda,

mas isso não será suficiente se cada um não fizer sua parte. Desde o período das festas juninas, temos registrado um crescimento alarmante no número de casos no interior. Se as taxas de contágio continuarem crescendo, chegará um momento que, independente do investimento que façamos na criação de novos leitos de UTI, o nosso sistema de saúde pode entrar em colapso".

O governador afirmou que medidas mais rígidas devem ser tomadas nos municípios para conter o aumento no número de

infectados. "Hoje temos cerca de 90 cidades com taxas muito altas e estamos muito preocupados."

Nos últimos dois dias eu me reuni com 64 prefeitos e hoje irei conversar com mais 33 para identificar as razões e elaborar ações que barrem esse crescimento. Mas tudo passa, sem dúvida, pela importância das pessoas ficarem em casa a fim de evitar o contágio. Por isso nós precisamos de medidas drásticas para os próximos dias com o objetivo de impedir a formação de



REFORÇO

Estado investe em saúde em todas as regiões com implantação de leitos

aglomerações".

Rui também fez um apelo para os jovens. "Eu gostaria de mandar essa mensagem para nossos jovens, que hoje represen-

tam o grupo mais expressivo de contaminados na Bahia. Gostaria de pedir que pensem em seus pais, tios e avós, que já

não têm a mesma saúde que vocês." A Bahia já tem mais de 100 mil casos de covid-19 e 2.383 óbitos, segundo boletim da Sesab divulgado ontem (10)

Tribuna

INFLAÇÃO

Combustíveis e alimentos pressionam e IPCA sobe

(REUTERS)

Os preços ao consumidor voltaram subir no Brasil em junho, pressionados por combustíveis diante do aumento nas bombas e pelos alimentos, em meio ainda a medidas de isolamento para contenção do coronavírus pelo país. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subiu em junho 0,26%, após queda de 0,38% em maio —a deflação mais intensa em 22 anos.

Os dados divulgados nesta semana pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostraram que, em 12 meses, o IPCA acumulou alta de 2,13%, contra 1,88% no mês anterior, mas ainda abaixo do piso do intervalo para a meta de inflação neste ano —de 4%, com margem de 1,5 ponto percentual para mais ou menos, medida pelo IPCA. As expectativas em pesquisa da Reuters eram de alta de 0,29% na variação mensal, acumulando em 12 meses acréscimo de 2,16%.

gistrado deflação de 1,90% em maio.

"Houve uma alta nos preços dos combustíveis que chegou às bombas e impactou o consumidor final. Isso alterou o grupo de Transportes e influenciou no IPCA", explicou Kislánov. Já o grupo Alimentação e bebidas acelerou a alta a 0,38% em junho, de 0,24% em maio, diante da demanda elevada durante a pandemia de Covid-19. O principal peso veio dos alimentos para consumo no domicílio, cujos preços passaram a avançar 0,45% no mês, em meio ao aumento dos preços das carnes (1,19%) e do leite longa vida (2,33%).

"As medidas de isolamento social, que fizeram as pessoas cozinhareem mais em casa, por exemplo, ainda estão em vigor em boa parte do país. Isso gera um efeito de demanda e mantém os preços em patamar mais elevado", disse Kislánov. A alimentação fora do domicílio também pressionou ao subir 0,22% em junho, de 0,04% em maio, com destaque para a

A demanda no Brasil vem sido afetada pelas medidas de contenção à pandemia do Covid-19, tanto pelo isolamento que tem mantido pessoas em casa quanto pelas perdas de emprego e renda, mesmo com o início do afrouxamento das medidas de isolamento.

"Os movimentos são diferentes quanto à flexibilização no país, mas é cedo para falar em um aumento da demanda agregada", disse o gerente da pesquisa, Pedro Kislánov, destacando que o recuo dos preços dos serviços em junho foi de 0,26%, contra queda de 0,45% em maio. No mês de junho, o destaque ficou para a alta dos preços dos combustíveis, após reduções nos últimos quatro meses, sendo o maior impacto individual exercido pelo avanço de 3,24% da gasolina.

Etanol (5,74%), gás veicular (1,01%) e óleo diesel (0,04%) também registraram alta, levando os preços dos combustíveis a subir 3,37%, após queda 4,56% em maio. Com isso, o grupo Transportes passou a apresentar alta de 0,31% em junho, depois de ter re-

alta e 1,01% do lanche, segundo o IBGE. Também se destacou o aumento de 1,30% em junho dos Artigos de residência, maior variação positiva no índice do mês, sob pressão de eletrodomésticos e equipamentos (2,92%) e artigos de tv, som e informática (3,80%), resultado influenciado pelo dólar alto, segundo o IBGE.

O Banco Central cortou a taxa básica de juros Selic em 0,75 ponto, à nova mínima histórica de 2,25% ao ano, ao mesmo tempo que deixou aberta a porta para nova redução, condicionada à avaliação do cenário. De acordo com o presidente da autoridade monetária, o BC precisa entender o impacto do crescimento na inflação para avaliar se ainda há espaço para corte residual nos juros básicos. Para o BC, a economia deve sofrer em 2020 retração de 6,4%, refletindo o profundo impacto da crise com o coronavírus na atividade. A pesquisa Focus mais recente realizada pelo BC com economistas mostra que a expectativa é de que a inflação termine este ano em 1,63% e que a economia encolha 6,5%.

Tribuna

Maia rompe com Guedes. Conversa com técnicos

AGÊNCIA O GLOBO

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse ontem que "não tem conversado" com o ministro da Economia, Paulo Guedes, e que seu diálogo com a equipe econômica está restrito aos técnicos. Ele prometeu iniciar a discussão da reforma tributária na próxima semana "independentemente" de iniciativa do governo.

Ao participar de um evento on-line do banco BTG Pactual, Maia afirmou que, mesmo tendo tomado a iniciativa de uma reaproximação, não conversa com o ministro desde a tramitação do projeto de socorro a estados e municípios por causa da crise do novo coronavírus (Sars-Cov-2).

"Eu tenho conversado com os técnicos, não tenho conversado com o ministro Paulo Guedes. Inclusive, a pedido de alguns, há um tempo fiz um gesto, mas o ministro não teve interesse. Então, para mim, não faz a menor diferença conversar ou não com Paulo Guedes", afirmou Maia.

E continuou: "Para mim, faz diferença conversar com os técnicos, porque baseado nos



AÇÃO
Maia toma
dianteira nas
reformas

dados concretos posso ajudar o Congresso e a Câmara a tomar as melhores decisões em relação aos projetos, principalmente aqueles que têm impacto fiscal".

O presidente da Câmara afirmou que o Legislativo retomará a discussão da reforma tributária na próxima semana "independentemente" de haver ou não uma proposta do governo sobre o tema.

Na semana passada, Guedes disse que a proposta de reforma do governo está "absolutamente pronta", mas o texto ainda não foi enviado aos parlamentares.

PARA MAIA, GUEDES FOI 'AGRESSIVO'

Ao ser perguntado sobre o relacionamento com o ministro, Maia argumentou que Guedes foi "agressivo" com a Câmara. Ele indicou que Guedes não quis estender a mão para uma reaproximação, para a qual teria tomado a iniciativa "a pedido de alguns", e disse que Guedes não se interessou.

O presidente da Câmara ainda criticou a falta de iniciativa do governo na agenda de reformas e classificou como difícil de se realizar a promessa de Guedes de privatizar quatro estatais em 90 dias. Maia repetiu acreditar

que o Congresso terá maioria para derrubar o veto do presidente Jair Bolsonaro à prorrogação da desoneração da folha de pagamento de empresas de 17 setores como calçados, têxteis, comunicação, construção civil e transportes rodoviários.

Argumentou que o fim do benefício agora poderia agravar ainda mais o desemprego num momento em que a economia tenta reagir. Ele criticou o argumento do governo de que seria renúncia fiscal. afirmou que o custo de R\$ 10 bilhões será alocado no Orçamento do próximo ano.

BENEFÍCIO

Caixa decide antecipar o saque do auxílio emergencial

KELLY OLIVEIRA - REPÓRTER
DA AGENCIA BRASIL -
BRASILIA

A Caixa antecipou o calendário de saque em dinheiro aos beneficiários com direito a receber a primeira parcela do auxílio emergencial por terem sido aprovados no início do mês de junho. Essas pessoas, que pertencem ao terceiro lote que a Caixa recebeu da Dataprev, teriam originalmente a liberação do saque em espécie concluída em 18 de julho.

Os beneficiários nascidos entre julho e setembro poderão sacar a partir da próxima segunda-feira (13). Já os nascidos entre outubro e dezembro poderão sacar de terça-feira (14) em diante. Beneficiários nascidos em junho permanecem com a data de saque marcada para este sábado (11). E hoje (10), o saque é para os nascidos em maio. Na segunda-feira (13), seria a vez somente dos nascidos em julho, mas a antecipação incluiu os nascidos em agosto e em setembro.

Nos dias 16 e 17 de julho, os valores de R\$ 600 e R\$ 1.200 (no caso de mães solteiras) já haviam sido depositados para esse público na conta poupança social digital da Caixa, de maneira escalonada conforme a data de aniversário do beneficiário.

O calendário de saque em dinheiro teve início no dia 6 de julho, também de forma escalonada pelo mês de nascimento. Contudo, a previsão inicial era que se estendesse até o dia 18 de julho, quando os nascidos em dezembro poderiam sacar.

Nas datas disponíveis para saque, havendo eventual saldo existente, o valor será transferido automaticamente para a conta que o beneficiário indicou, sendo poupança da Caixa ou conta em outro banco.

Cartão de débito virtual
A Caixa informou que o

beneficiário não precisa sacar o auxílio para transacionar o dinheiro. O aplicativo Caixa Tem possibilita que o cidadão faça transferências bancárias e ainda pague contas, como água, luz e telefone. Além disso, o app disponibiliza gratuitamente o cartão de débito virtual. Com ele, é possível fazer compras pela internet, aplicativos e sites de qualquer um dos estabelecimentos credenciados. O cartão também é aceito em diversas lojas físicas.

O banco explica que para utilizar o cartão virtual, o beneficiário precisa gerá-lo. Para isso, o primeiro passo é atualizar o Caixa Tem. Depois, entrar no aplicativo e acessar o ícone Cartão de Débito Virtual. Feito isso, o usuário deverá digitar a senha do Caixa Tem. Em seguida, "aparecerão" os seguintes dados: nome do cidadão, número e validade do cartão, além do código de segurança. Ao lado do código, é preciso clicar em "gerar". Pronto. O cartão está disponível. O código de segurança vale para uma compra ou por alguns minutos. Para realizar uma nova compra é preciso gerar um novo código.

Além da possibilidade de uso do cartão de débito virtual, disponível para compras online, o Caixa Tem também oferece a opção "pague na maquininha", forma de pagamento digital que pode ser utilizada nos estabelecimentos físicos habilitados.

É uma funcionalidade por leitura de QR Code gerado pelas maquininhas dos estabelecimentos e que pode ser facilmente escaneado pela maioria dos telefones celulares equipados com câmera. Quando o cliente seleciona a opção Pague na maquininha, no aplicativo, automaticamente a câmera do celular é aberta. O usuário deve então apontar o celular para leitura do QR Code gerado na "maquininha" do estabelecimento.

Reforma Tributária é a principal no Congresso

Quando questionado sobre a reforma tributária, o deputado disse considerá-la a mais importante para o Legislativo.

Maia afirmou que o tema é "prioridade", mas reiterou sua posição contrária à criação de impostos que possam se parecer com uma nova CPMF para compensar a renúncia fiscal. Guedes cogita um imposto sobre pagamentos e transações digitais.

"A Câmara vai retomar esse debate a partir da próxima semana. Eu já avisei ao presidente do Congresso (Daví Alcolumbre), nós temos uma comissão mista (de deputados e senadores para debater a reforma). Eu espero que ele possa autorizar a retomada do debate

na comissão mista. Mas, se isso não acontecer, a Câmara vai recomendar esse debate (em comissão apenas de deputados), disse Maia, que acrescentou: "(Vamos debater) independentemente do governo".

Além de apontar para a demora do governo no envio de um texto para a reforma tributária, o deputado criticou a falta de ação do governo em outros temas, como a reforma administrativa e a discussão sobre a ampliação do auxílio emergencial.

Ele avisou que haveria pressão para prorrogação do benefício de R\$ 600 por mais tempo, além das duas ou três parcelas adicionais negociadas pelo governo: "O governo precisa pa-

rar de fazer discurso sobre Renda Brasil e apresentar o projeto (sobre renda mínima) (...) Se o governo deixar tudo pra última hora, é claro que a pressão sobre deputados e deputadas, sociedade e senadores, será grande por mais algum período de R\$ 600 reais", disse.

TERRENO DIFÍCIL PARA PRIVATIZAÇÕES

Sobre o plano do governo de acelerar privatizações, Maia disse defender a venda da Eletrobras, mas deixou claro que será difícil passar no Legislativo qualquer proposta nesse sentido agora.

"O Senado deixou claro ano passado que era contra. O governo pensou num novo modelo, mas acho que o

adiamento das eleições pode nos tirar condições de aprovar privatizações na Câmara dos Deputados. Isso sempre tem um impacto porque os funcionários ficam pressionando", analisou Maia.

Ele continuou, referindo-se à afirmação de Guedes de que pretende vender quatro estatais em três meses:

"A minha sensibilidade é que não será simples perto da eleição, muito menos quando você joga a eleição mais pra frente. E aí fica difícil avançar com a alguma privatização. Passando pelo Parlamento eu acho difícil. Isso (a aprovação no Congresso) em 90 dias me parece um otimismo excessivo em relação a quatro privatizações".

Veículo: Bahia Econômica	Bahia
Data: 11/07/2020	



EMPRESA AMERICANA VAI CONSTRUIR REFINARIA NA BAHIA OU EM SERGIPE



admin 11 Julho, 2020

A empresa americana Oil Group planeja construir seis refinarias de pequeno porte no Brasil, com investimentos total de US\$ 2 bilhões, nos próximos sete anos e uma delas poderá ser sediada na Bahia. As outras serão sediadas no Porto do Açú, no norte fluminense, outra no Espírito Santo e outra no Maranhão e duas menores ainda não têm localização. A refinaria teria capacidade para 20 mil barris, mas a empresa ainda está decidindo se a localização será na Bahia ou em Sergipe.

A Oil Group não pretende buscar recursos no BNDES para financiar seus projetos, e sim com bancos de desenvolvimento do exterior e fundos de investimentos. Refinarias menores podem atender demandas locais com preços mais competitivos, pois pelo menos o custo de frete será menor.(OG)

Veículo: G1	Economia
Data: 13/07/2020	



Incerteza da economia de julho se aproxima do nível de março

Uma queda mais acelerada da incerteza daqui para a frente dependerá da evolução da pandemia no país e da velocidade de normalização das atividades econômicas e do apaziguamento das tensões políticas”, destaca economista da FGV Ibre.

Por G1

13/07/2020 09h23 Atualizado há uma hora

O Indicador de Incerteza da Economia (IIE-Br) da Fundação Getulio Vargas sinalizou queda de 7,3 pontos em julho, para 166,3 pontos, com dados coletados entre 26 de junho e 9 de julho.

Após o terceiro mês em queda, o IIE-Br devolveria 46% da alta de 95,4 pontos observada no bimestre março-abril, destaca a FGV.

“Após a terceira queda consecutiva, o nível do IIE-Br de julho se aproxima do nível de março, de 167,1 pontos, primeiro momento em que o país precisou forçar paralisações e iniciar o isolamento social para conter o avanço da pandemia”, afirma Anna Carolina Gouveia, economista da FGV Ibre.

Segundo ela, as dificuldades de se prever cenários para o futuro da economia continuam muito grandes, conforme reflete o componente de expectativas, que, no nível apurado na prévia, recuperaria, até julho, apenas 7% da alta ocorrida entre março e maio.

"Uma queda mais acelerada da incerteza daqui para a frente dependerá da evolução da pandemia no país e da velocidade de normalização das atividades econômicas e do apaziguamento das tensões políticas", destaca.

O componente de Mídia recuou 7,0 pontos, para 145,5 pontos, nesta prévia de julho. O componente de Expectativa recuou 5,6 pontos, para 222,4 pontos. Ambos os componentes ainda estão em patamares considerados extremamente elevados, com destaque para o de Expectativas, que permanece pelo quarto mês consecutivo acima dos 200 pontos.

Veículo: Bocão News	Economia E Mercado
Data: 13/07/2020	



Economia E Mercado

Mercado ajusta estimativa para queda do PIB brasileiro em 2020 para -6,1%



13 de Julho de 2020 às 09:30 Por: Antonio Cruz/ Agência Brasil Por: Redação BNews 0 comentários

A previsão do mercado financeiro para a queda do Produto Interno Bruto (PIB) de 2020 foi de -6,5% para -6,1%, de acordo com o Boletim Focus divulgado pelo Banco Central na manhã desta segunda-feira (13).

O documento, divulgado semanalmente, reúne projeções realizadas tendo como base informações levantadas na semana passada em pesquisa com mais de 100 instituições financeiras.

A queda prevista para o PIB brasileiro leva em consideração os impactos negativos da pandemia do coronavírus, que provocou o fechamento de várias atividades no país.

De acordo com informações do portal UOL, a projeção para a inflação foi de 1,63% para 1,72%. Já as estimativas para a taxa básica de juros (Selic) e para o dólar foram mantidas - 2% e R\$5,20, respectivamente.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 12/07/2020	Caderno: Notícias



Domingo, 12 de Julho de 2020 - 16:40

Feira de Santana: HGCA 2 tem selo de eficiência energética e biossegurança, diz Sesab

O Hospital Geral Clériston Andrade 2 (HGCA 2), em Feira de Santana, que será inaugurado nos próximos dias, conta com selo de eficiência energética e biossegurança, conforme informações da Secretaria Estadual de Saúde (Sesab).

O investimento no sistema de climatização e exaustão da unidade foi superior a R\$ 3 milhões e foi implantado seguindo as rígidas normas da ABNT NBR 16401 e NBR 7256, que estabelecem, entre outras coisas, a observação dos protocolos de Montreal e Kyoto, ao tratar da proteção da camada de ozônio e da redução do aquecimento global. Além disso, estabelece exigências em relação à distribuição do ar, com atenção especial às áreas de isolamento e aos centros cirúrgicos a fim de evitar a disseminação de doenças infectocontagiosas.

Segundo o secretário da Saúde da Bahia, Fábio Vilas Boas, "a climatização e exaustão são mais do que um conforto para funcionários e pacientes, são uma medida de segurança adicional para a saúde de todos, já sendo uma regra em todas as unidades construídas na gestão do governador Rui Costa".

O titular da pasta estadual da Saúde explica ainda que o HGCA 2 foi projetado para atender à segunda maior cidade do estado, Feira de Santana, e absorver a demanda dos municípios do entorno.

"Neste primeiro momento, a unidade estará dedicada ao atendimento de pacientes graves com o diagnóstico de coronavírus. E o sistema de climatização e exaustão não utiliza refrigerantes do tipo CFC e HCFC, preservando assim a camada de ozônio, observando-se protocolos internacionais e as normas da ABNT", detalha Vilas-Boas.

Outro destaque é a ausência de papel no trâmite de informações dos pacientes. A unidade é completamente informatizada, utilizando prontuários eletrônicos. Além de reduzir custos com aquisição de folhas, tinta e manutenção de impressoras, o prontuário eletrônico ainda garante agilidade no atendimento e maior segurança nos dados.

Veículo: Política Livre	
Data: 11 a 13.07.2020	Caderno: Economia



Mais três hospitais no interior da Bahia passam a contar com túneis de desinfecção

BAHIA

Três túneis de desinfecção foram instalados pelo Governo do Estado, nesta sexta-feira (10), no Hospital Regional Vincentina Goulart, em Jacobina, e nos hospitais municipais de Serrinha e Amargosa. As unidades de Saúde também receberam 12 bolhas de contenção. Com estes, 36 unidades de saúde que atendem pacientes com diagnóstico de Coronavírus em toda a Bahia já contam com túneis de desinfecção em pleno funcionamento.

“Estes túneis de desinfecção ampliam a segurança dos profissionais de Saúde que estão atuando na ponta, prestando atendimento para os pacientes com sintomas da Covid-19. Foram desenvolvidos para uso no momento em que eles vão se desparamentar dos seus Equipamentos de Proteção Individual”, destaca o secretário estadual do Planejamento, Walter Pinheiro.

Os equipamentos foram desenvolvidos sob a supervisão do infectologista Roberto Badaró, pesquisador chefe do Instituto de Tecnologia da Saúde do Senai Cimatec. O desinfetante

utilizado (hipoclorito) já é amplamente recomendado e utilizado, por décadas, para uso na desinfecção de superfícies de ambientes hospitalares e domiciliares, pela Organização Mundial de Saúde (OMS), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e órgãos internacionais de saúde, inclusive com eficácia comprovada para o novo Coronavírus.

Além destes hospitais, os equipamentos também foram implantados no Instituto Couto Maia, Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Vale dos Barris, UPA de Ipiaú, UPA de Porto Seguro, UPA de Itaberaba, UPA de Juazeiro, hospitais Santo Antônio (Obras Sociais Irmã Dulce), Espanhol, Subúrbio, Ernesto Simões Filho, Martagão Gesteira, Santa Clara e o hospital de campanha da Arena Fonte Nova, em Salvador, além do Costa do Cacau, em Ilhéus, Calixto Midlej Filho e de Base, em Itabuna, São Vicente e Prado Valadares, em Jequié, Riverside, em Lauro de Freitas, das Clínicas de Conquista e Geral de Vitória da Conquista, Geral de Itaparica, da Chapada (Seabra), Dantas Bião (Alagoinhas), Geral Clériston Andrade (Feira de Santana), Regional de Santo Antônio de Jesus, Regional de Juazeiro, Amec (Camacã), Geral do Oeste (Barreiras), São Pedro (Remanso) e Regional Mário Dourado Sobrinho (Irecê), além dos hospitais de campanha de Teixeira de Freitas e Senhor do Bonfim.

Veículo: Estadão	
Data: 11 a 13.07.2020	Caderno: Economia



Comunicador' assume o Tesouro para 'virar a chave'

Bruno Funchal segue cartilha fiscalista de Paulo Guedes e tem missão de manter teto de gastos após pandemia

Adriana Fernandes, O Estado de S. Paulo

13 de julho de 2020 | 05h00

BRASÍLIA | Com a fama de ser um hábil comunicador, o economista Bruno Funchal assume nesta semana o comando do Tesouro com o desafio de 'virar a chave' do período de aumento de gastos, durante a pandemia da covid-19, para a

fase de retomada econômica aliada à reversão da trajetória explosiva da dívida pública.

Bruno Funchal em evento do Ministério da Economia. Foto: Edu Andrade/Ministério da Economia - 14/4/2020

Mansueto diz que União poderá assumir 100% dos riscos de calote em empréstimos para pequena empresa

Um dos mais jovens nomes a chefiar o Tesouro, Funchal, de 41 anos, segue a cartilha “fiscalista” do ministro da Economia, Paulo Guedes, mas enfrentará o momento de maior pressão desde a aprovação em 2016 do teto de gastos, a regra que impede o crescimento das despesas de um ano para outro acima da inflação.

Sob bombardeio crescente, o teto – apontado pela equipe econômica como a “âncora fiscal” que sustenta juros e inflação baixa – pode não aguentar e sofrer flexibilizações pelo Congresso, com apoio ainda discreto e submerso das alas militar e política do governo.

A orientação de Guedes é segurar o avanço e mostrar que a saída do atual secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, não será um divisor de águas para mudanças nas regras fiscais e da política econômica. Mansueto era visto pelo mercado como o “bombeiro” contra as tentativas de aumento de gastos e a sua saída causa preocupações de desvio de rota.

Guedes quer aproveitar a fase de taxa de juros baixa atual, em que a dívida crescerá nos próximos dois anos com juros real menor do que o crescimento da economia, para ajustar as contas públicas. A aposta do ministro é que um secretário de “fácil diálogo” pode ajudar na relação com os parlamentares. Ele também é muito próximo a Esteves Colnago, que comanda a área que faz essa ponte com o Congresso.

O primeiro grande teste já começa no fim de agosto, quando o governo terá que enviar ao Congresso o projeto de Lei do Orçamento de 2021 – que pode indicar as reais condições de manutenção do teto de gastos não só em 2021 como nos próximos anos.

Comentarista

A facilidade de se comunicar e explicar bem assuntos técnicos, aliada à tranquilidade nos momentos mais tensos, vem da experiência do novo secretário na academia. Carioca, com doutorado na Fundação Getúlio Vargas e pós-doutorado no Instituto Nacional de Matemática Aplicada, Funchal se mudou para Vitória para ser professor da Fucepe, escola de negócios do Espírito Santo. Naquela época, foi comentarista de economia da rádio CBN local.

O período em que foi secretário de Fazenda do Espírito Santo, nos dois últimos anos do governo Paulo Hartung, entre 2017 e 2018, também ajudou. Foi uma época difícil para o governo estadual de pressão por aumento de gastos de

pessoal, crise hídrica, tombo nas receitas de royalties de petróleo e perdas depois do acidente da mineradora Samarco.

“Ele teve de entrar no jogo jogando”, diz Hartung, observando que o governo vai ter que se comunicar bem com a sociedade para barrar a mudança no teto. “Isso pode ajudar muito no debate”, diz o ex-governador, que vê na manutenção do teto o maior desafio para o Tesouro daqui em diante.

A transição da academia para o setor público se deu após a então secretária de Fazenda, Ana Paula Vescovi assumir o Tesouro na equipe de Henrique Meirelles no Ministério da Fazenda. Até aceitar o convite de Hartung, Funchal nunca tinha atuado no setor público, mas em pouco tempo se adaptou à nova função, sobretudo no diálogo com a Assembleia Legislativa e o Judiciário.

Conexões

A ponte de Funchal com a burocracia de Brasília começou quando ele integrou o grupo de trabalho montado por Henrique Meirelles para desenhar o projeto de revisão da Lei de Falências e Recuperação judicial. Funchal era um dos acadêmicos com mais artigos publicados sobre o tema.

Em Brasília, conheceu o atual secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, que o convidou depois para uma diretoria na equipe de Guedes. No time, ajudou a elaborar Propostas de Emenda Constitucional (PECs) do Pacto

Federativo e Emergencial – as duas, com tramitação interrompida na pandemia – e das negociações com os Estados.

Nos últimos dias, tem se empenhado na aprovação de projeto de desvinculação de recursos de 29 fundos públicos, de autoria do deputado Mauro Benevides (PDT-CE) para o pagamento de gastos com a pandemia. Depois do anúncio da sua indicação, Funchal já teve, ao lado de Mansueto, seguidas reuniões com investidores domésticos e estrangeiros, a maioria interessada em saber o futuro do teto de gastos.

Para Mansueto, além de tecnicamente preparado, Funchal tem a experiência das reuniões do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), colegiado formado por secretários de fazenda dos Estados. Mansueto diz que a questão financeira dos Estados voltará no segundo semestre. “A manutenção do teto é uma política de governo. Um secretário não consegue sozinho defender o teto”, alerta Mansueto, que deixa o Tesouro na quarta-feira. Ele diz que, com ou sem teto, o governo atual e o próximo vão ter de lidar com o déficit público e o ajuste fiscal.

Veículo: Estadão	
Data: 11 a 13.07.2020	Caderno: Economia



Dívida pública a 100% do PIB. E agora?

É hora de ter um plano para depois da tempestade e
desenhar um novo futuro

***Felipe Scudeler Salto, O Estado de S.Paulo**

13 de julho de 2020 | 03h00

A dívida pública deve atingir 96,1% do produto interno bruto (PIB) em 2020, crescendo a 100%, até 2022, de acordo com o cenário atual da Instituição Fiscal Independente (IFI). A capacidade do País de contrair déficits públicos (gastos

não cobertos por receitas tributárias) e de financiá-los não é ilimitada. É hora de ter um plano para depois da tempestade.

Quando o assunto é dívida, não existe um número mágico a partir do qual se deva acender o sinal vermelho. O essencial, nessa matéria, é garantir a chamada sustentabilidade da dívida/PIB. A ideia é que a dívida pública caminhe *pari passu* ao avanço da capacidade de geração de renda e riqueza do País. No cenário da IFI, a ausência de ações estruturais que amainem o gasto público e/ou turbinem as receitas tributárias leva a uma trajetória de alta da dívida/PIB até 2030.

A dívida existe para cobrir necessidades de financiamento de políticas públicas que não sejam pagas por tributos. O governo toma emprestado do mercado, por determinado prazo, entregando títulos que pagam juros. Se há confiança de que os títulos serão honrados, o mercado aceita o negócio a juros módicos. Assim se forma uma dívida sustentável.

Em momentos de maior apreensão e risco, os compradores de títulos acabam preferindo papéis do governo que tenham prazos menores e retorno “garantido”, a exemplo dos títulos do Tesouro atrelados à Selic (juro básico da economia). Por isso, em crises como a atual, há certa tendência de encurtamento dos prazos da dívida. Vale dizer: prazos mais curtos embutem menor incerteza.

A equação que modela matematicamente a sustentabilidade fiscal relaciona a variação da dívida ao déficit público e a duas taxas fundamentais: os juros e o crescimento do PIB. Quanto maior o juro, maior o crescimento da dívida/PIB. Quanto maior o crescimento do PIB, menor o avanço da dívida/PIB. Ainda, eventuais déficits alimentam a dívida, ao passo que superávits a abatem.

Atualmente, os juros estão em níveis historicamente baixos. Esse custo médio da dívida é obtido pela razão entre o pagamento de juros e o estoque da dívida. Chama-se taxa implícita. No caso da dívida bruta, a taxa implícita de juros estava em 4,3% ao ano, em maio, em termos anualizados, ante 12,3% ao término de 2016. A queda dos juros é um dado que diferencia a crise atual das anteriores. Contudo não é uma condição imutável. Na expressão da moda, não é o “novo normal”.

Nessa avaliação, é crucial sopesar o risco externo. O professor Affonso Celso Pastore fez o alerta em artigo recente no **Estado**. Uma situação de fragilidade no balanço de pagamentos, isto é, nos saldos das transações entre residentes e não residentes, incluindo entradas e saídas de capitais financeiros, poderia implicar pressões excessivas sobre a taxa de câmbio – e sobre a inflação. Nessa hipótese, o Banco Central teria de subir os juros para atrair capitais e conter a inflação. O presságio não é bom, sobretudo se imaginarmos esse quadro temperado com uma dívida pública agigantada.

Se, de um lado, os juros baixos não são para sempre, o crescimento do PIB, de outro, não será extraordinário a partir de 2021. A IFI projeta tombo de 6,5% no PIB em 2020. A recuperação para 2021 é calculada em 2,5%. Isso significa que, após uma queda profunda, a economia não retornará, de imediato, ao nível projetado no pré-crise. Haverá, provavelmente, uma perda permanente de PIB, com reflexo sobre as receitas públicas e a dinâmica da dívida.

O aumento do déficit, em meio à crise, era esperado e está ocorrendo no mundo todo. O desafio é ter um programa de contenção de gastos e/ou aumento de receitas que permita reduzir os déficits públicos e conter o avanço da dívida/PIB nos próximos anos. Atingir 100% não é o que mais preocupa, mas, sim, a tendência de alta contínua.

A literatura especializada de orçamento público tem indicado a adoção de mecanismos como o *medium-term expenditure framework* ou plano fiscal de médio prazo para a realização de uma consolidação fiscal mais robusta. Não se trata de cortar despesas, apenas, mas de fazê-lo com base em avaliações técnicas periódicas do gasto público.

Por exemplo, por que carregar desonerações tributárias, anos a fio, sem saber se estão surtindo o efeito preconizado sobre a renda e o emprego? Será que permitir abatimentos de gastos com saúde, no Imposto de Renda, é uma boa política? Por que manter a chamada progressão automática nas carreiras do

serviço público? Se os subsídios creditícios fossem avaliados, encontraríamos programas ineficientes, isto é, identificaríamos desperdício?

É fundamental responder a essas questões. E dar consequência prática às respostas, formulando um plano fiscal de médio prazo e uma estratégia para a dívida. Cortes em programas ineficientes renderiam pelo menos R\$ 30 bilhões ao ano ao erário.

É hora de acender o farol alto no planejamento das contas do governo e de desenhar um novo futuro para o País, que contemple o uso responsável do dinheiro público e a solvência do Estado brasileiro. Dívida em 100% preocupa, mas a falta de rumo é o mal maior.

Veículo: Estadão	
Data: 11 a 13.07.2020	Caderno: Economia



ACM Neto diz que DEM votará contra ‘qualquer iniciativa de recriação da CPMF’

Equipe BR Político

O prefeito de Salvador, [Antônio Carlos Magalhães Neto](#), afirmou que o partido de que é presidente, Democratas, fará oposição à criação de uma [nova CPMF](#) neste domingo, 12. “Quero deixar claro uma posição em nome do DEM: nós somos contrários à recriação da CPMF. Qualquer movimento que aconteça por parte do governo, qualquer iniciativa de recriação da CPMF terá a nossa objeção e oposição. Não vamos aceitar aumento de impostos. É uma posição oficial de todo o partido”, disse em entrevista à *CNN*.

ACM Neto afirmou ainda que, se a proposta chegar no Congresso, convocará uma reunião da executiva nacional do DEM para fechar o posicionamento contrário. “Acho que a gente precisa sim enfrentar uma discussão de como vai resolver a questão da arrecadação federal, mas o caminho não é o de sacrificar o setor produtivo”, disse.

O ministro da Economia, [Paulo Guedes](#) tem aventado a criação de um novo imposto sobre transações digitais junto à reforma tributária. Apesar de o ministro negar que seja uma tentativa de retomada da CPMF, as suas repetidas menções não têm sido bem vistas a opositores do imposto. O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), já alertou que enquanto presidir a Casa, [não pautará](#) nenhuma proposta de retomada da CPMF.

Eleições

ACM Neto se mostrou otimista com a presença do DEM nas eleições municipais. O político afirmou não estar definido como se dará a participação da sigla em 2022, mas ressaltou que neste ano, deve ter “pelo menos” 10 candidatos a prefeito em capitais, enquanto em 2016 apenas ele próprio concorreu ao cargo. “O partido quer crescer a partir da eleição municipal”, disse.

Veículo: Estadão	
Data: 11 a 13.07.2020	Caderno: Economia



A síndrome de Peter Pan na disfunção tributária

Fernando Valente Pimentel*

13 de julho de 2020 | 04h30

Fernando Valente Pimentel. FOTO: DIVULGAÇÃO

A economia brasileira está sofrendo muito mais do que as de numerosas nações com a pandemia da Covid-19 porque apresenta problemas crônicos, jamais enfrentados e sanados. Um deles, que afeta diretamente a competitividade, produtividade, investimentos, expansão dos negócios e geração de empregos, é o sistema tributário do País, sabidamente o pior do mundo. Trata-se de um conjunto disfuncional de impostos e taxas exagerados e superpostos, normas

confusas e fator de intermináveis demandas jurídicas entre contribuintes e o fisco.

Tal modelo é um dos principais responsáveis pelo “custo Brasil”, que agrega R\$ 1,5 trilhão ao ano, o equivalente a 22% de nosso PIB, ao gasto das empresas nacionais para produzir, na comparação com a média das nações integrantes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Esta imensa desvantagem no contexto global, demonstrada em estudo do Boston Consulting Group (BCG), a pedido do Ministério da Economia, corrobora a premência de um sistema tributário simples, de fácil entendimento, menos oneroso à sociedade e não propenso a ambiguidades e interpretações subjetivas.

Ou seja, não é mais plausível adiar a reforma tributária, reivindicada há mais de 30 anos. No presente modelo, muitas empresas acabam optando por permanecer em regimes fiscais como o Simples, unicamente para evitar a tortura burocrática do labirinto indecifrável de impostos e taxas. Não é rara a abertura de novos negócios apenas para incorporar outras atividades que poderiam ser feitas na própria empresa com ganhos de escala e de escopo.

Obviamente, a fragmentação dos negócios dispersa esforços, pressiona custos e reduz produtividade e competitividade. É inadmissível que o País incuta em seus empreendedores a síndrome de Peter Pan, o menino que não queria crescer, da obra clássica do escritor e dramaturgo britânico James Matthew Barrie. As pequenas e microempresas, de gigantesca importância para a economia

brasileira, não podem continuar sendo estimuladas a manter seu porte por mero temor a um sistema tributário hostil, que também fomenta a informalidade e um nocivo antagonismo entre o fisco e os setores produtivos.

Ao contrário do que se observa, o modelo de impostos deveria ser indutor do crescimento empresarial. Estudo apresentado em junho último, durante reunião na sede do Conselho Regional de Economia de São Paulo (Corecon-SP), reitera o significado dos negócios de menor porte, mas também demonstra a relevância de sua desejada expansão para a multiplicação de postos de trabalho: as micro representam 19% das nossas empresas e geram 2,5 milhões de empregos; as pequenas são 71% e empregam 13,5 milhões de pessoas; 10% são médias, nas quais trabalham 14,5 milhões de brasileiros; as grandes são 0,1% do total e mantêm sete milhões de trabalhadores.

Um sistema tributário que incentivasse investimentos e um círculo virtuoso de criação e expansão dos negócios certamente contribuiria para turbinar o crescimento econômico do Brasil, que foi de apenas 2,3% ao ano nas últimas três décadas, ante 2,9% da média global e 5% dos emergentes (Banco Mundial). A defasagem em relação ao mundo é mais acentuada no âmbito da indústria, cuja participação no Produto Interno Bruto nacional caiu, entre 1970 e 2017, de 21,4% para 12,6%. No mesmo período, o setor subiu de 15,7% para 17,3% na composição do PIB planetário (estudo “Desenvolvimento industrial em perspectiva internacional comparada” / IEDI).

A perda de competitividade sistêmica do Brasil tem um preço muito alto para a população, exacerbado na presente pandemia, pois causa desemprego, desigualdade social e precariedade dos serviços públicos de saúde, educação e segurança, prioridades fundamentais à qualidade da vida e ao desenvolvimento. Se, há mais de 30 anos, já precisávamos muito de uma reforma tributária eficaz e alinhada aos melhores modelos globais, agora a medida, inclusive incorporando a tendência digital da economia, é de extrema urgência. Afinal, sua realização será fator decisivo para enfrentarmos com êxito os desafios dos difíceis anos vindouros, nos quais teremos de recuperar o tempo perdido e os danos gravíssimos causados pela Covid-19.

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PRESIDENTE Luiz Flix
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Antonio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Rogério Cezar de Cerqueira Leite, Marcelo Coelho, Ana Estela de Sousa Pinto, Cláudia Colucci, Hélio Schwartsman,
 Mônica Bergamo, Patrícia Campos Mello, Suzana Singer, Vinícius Mota,
 Antonio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Flix e Sérgio Dávila (secretário)
DIRETORIA EXECUTIVA Marcelo Benze (comercial), Marcelo Machado
 Gonçalves (financeiro) e Eduardo Alcaro (planejamento e novos negócios)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Delonga tributária

Atrás de Guedes na definição de uma proposta de reforma tumultua o debate e alimenta incertezas

Já se tornaram objeto de pilhéria as recorrentes promessas grandiosas do ministro da Economia, Paulo Guedes, para algum futuro próximo que nunca se confirma.

Exemplo quase caricato — e particularmente lamentável — é o da delonga em torno da reforma tributária, motivo de sucessivos desencontros no Executivo. Em fevereiro último, Guedes anunciou que enviaria uma proposta ao Congresso em duas semanas. Cinco meses depois, não se notam mais que especulações em torno do texto.

Ora se fala em simplificação de impostos indiretos de responsabilidade federal (PIS, Confins e IPI), ora em desoneração das folhas de salários — e não parece sepultada a temerária ideia de um novo imposto sobre transações financeiras.

Na ausência de um encaminhamento efetivo, os riscos são o tumulto do debate e o aumento das incertezas, já enormes devido à complexidade do tema.

É o que se vê, no exemplo mais recente, com a decisão do Congresso de prorrogar até 2021 a desoneração de folha para 17 setores, que deveria vencer neste ano. A matéria foi vetada pelo presidente Jair Bolsonaro, mas parece elevada a possibilidade de derrubada do veto pelos parlamentares.

Na tentativa de evitar a derrota legislativa, o governo passou a acenar, como noticiou a Folha, com uma reforma ao menos parcial do sistema tributário, que promoveria uma desoneração mais ampla e sem distinção de setores.

Na teoria, de fato, tal caminho

poderia ser mais vantajoso. A elevada taxa sobre o pagamento de salários no país dificulta a contratação formal de mão de obra, e uma norma geral definitiva é preferível a arranjos provisórios para o enfrentamento do problema.

Na prática, porém, não existe uma alternativa concreta e formalizada — que precisaria dar conta, ainda, da preservação da receita de um governo em crise orçamentária.

Tal lacuna é injustificável a esta altura. Há amplo consenso de que o sistema nacional de impostos e contribuições sociais, por demais intrincado e disfuncional, constitui obstáculo à eficiência e ao crescimento da economia.

Já existe também, nos meios político e acadêmico, suficiente convergência em torno de diretrizes essenciais para reformas. De mais consensual, drástica simplificação — e desejável redução — da carga sobre bens e serviços; em paralelo, deve-se redesenhar o Imposto de Renda das pessoas físicas e jurídicas para maior progressividade.

Para o segundo objetivo devem concorrer a tributação de dividendos e a redução das deduções com educação e saúde que beneficiam as rendas mais altas. São providências já mencionadas por Guedes e sua equipe, mas cuja aceitação política precisará ser testada.

Tudo sugere que há boa vontade no Congresso para avançar, no mínimo, rumo à simplificação dos tributos. A tarefa depende, no entanto, de estratégia, liderança e coordenação de esforços, o que não se viu até agora no governo.

Abuso judicial

Ao propor cassações por abuso de poder religioso, ministro Fachin põe em jogo liberdade de credo

Ao propor a categoria de abuso do poder de autoridade religiosa, o ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, avança de modo perigoso sobre a legislação que rege as eleições no país.

"A imposição de limites às atividades eclesásticas representa uma medida necessária à proteção da liberdade de voto e da própria legitimidade do processo eleitoral", escreveu o magistrado, que também faz parte do Tribunal Superior Eleitoral. O caso, relativo à cassação de uma vereadora, está suspenso por pedido de vista.

Conforme o entendimento de Fachin, o novo conceito poderia embasar a cassação de mandatos já a partir das eleições deste ano. O debate envolve, ao mesmo tempo, ameaças à liberdade de crença e limites ao ativismo do Judiciário.

Cumpre separar, aqui, o que a lei já proíbe e o que seria inovação judicial. No primeiro caso está o "desvio ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade, ou utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social, em benefício de candidato ou de partido político", conforme a lei com-

plementar 64, de 1990.

Quanto aos templos religiosos, também há limites previstos em outros textos. É vedado a partidos e candidatos receber direta ou indiretamente doação em dinheiro ou equivalente, inclusive por meio de publicidade, de entidades religiosas. Tampouco se pode veicular propaganda eleitoral em templos.

O princípio da laicidade, previsto na Constituição federal, limita também a atuação de políticos religiosos, uma vez eleitos.

Navega-se em águas turvas, porém, quando dispositivos menos específicos são utilizados para cobrir a liberdade religiosa. É o caso da proibição no Código Eleitoral de propagandas destinadas a "criar, artificialmente, na opinião pública, estados mentais, emocionais ou passionais".

Não é difícil imaginar que possa haver relações pouco republicanas entre política e igrejas. Entretanto, criar uma nova categoria específica de abuso eleitoral do poder religioso, capaz de tornar ilegais práticas não explicitamente proibidas em lei, é um passo que extrapola o poder judicial.



Ódio, jornalismo e linguagem

Catarina Rochamonte

FORTALEZA A questão do ódio por motivação política voltou à ordem do dia devido à agressiva reação ao anúncio feito pelo presidente de que seu teste do coronavírus deu positivo, estando uma coluna de Hélio Schwartsman, desta Folha, entre as reações mais polêmicas.

O combate político perpassado pela agressividade no discurso funciona como catarse para alguns, mas pode induzir outros a algo incontornável. Cada um de nós que tem a honra de emitir opiniões em veículos de grande circulação ou tem em torno de si seguidores atentos deveria se abster de insuflar ainda mais os ânimos de um povo já tão exaltado.

O leitor espera de nós informação, análise, opinião ponderada e não o espasmo de emoções mal trabalhadas perpassadas por um amálgama de ideologias confusas disfarçadas sob o manto de tal ou qual filosofia.

Não há que se comparar o ofício do jornalista com o do filósofo, mas não há também que se confundir o leitor com o uso sofístico da filosofia como pano de fundo para emis-

são de desejos pessoais evadidos de preconceito político.

Todos somos responsáveis pelo estabelecimento do caráter elevado do discurso e do decoro no uso público da razão. Quer nos refirmos ao presidente, ao inimigo do presidente, ao colega que contradiz nossas ideias ou àquele que as corrobora, compete-nos o sôbrio linguajar.

O leitor é merecedor do nosso respeito e dos nossos melhores esforços de expressividade, no zelo que dedicamos a cada frase apurada no labor linguístico epenetrada pela sobriedade do intelecto ocupado em contribuir para o progresso real, e não para o recrudescimento social em algarifanças sem fim.

Não desejo a morte do presidente. Não politizei a minha alma a ponto de esquecer os preceitos cristãos que sustentam minha ética (não consequencialista). Mas, caso desejasse, por ética profissional me absteria de expressar tão rude desejo. Não que expressá-lo seja crime. É que, conforme o apóstolo Paulo, "Tudo me é permitido, mas nem tudo convém".

Jogada ensaiada

Leandro Colon

BRASÍLIA Próximo presidente do STF, Luiz Fux carregou no currículo uma revelação sobre os bastidores de sua campanha ao tribunal em 2011.

Sob pressão dos petistas, preocupados com o julgamento do mensalão, Fux teria dito "eu mato no peito", segundo admitiu em 2012 à Folha.

O ministro, então no STF, foi escolhido por Dilma Rousseff. Ao contrário da promessa feita no escuro, Fux não matou no peito e votou pela condenação dos envolvidos, inclusive do ex-ministro José Dirceu.

O logo da sucessão de Celso de Mello, que deixa o Supremo em novembro, já começou a temer a candidatura dominando a pelota com classe.

Candidatíssimo ao posto do decano, o presidente do STF, João Otávio de Noronha, mandou Fabrício Queiroz para a prisão domiciliar.

Matou no peito o maior pesadelo de Jair Bolsonaro e deu passe de letra ao conceder o benefício a Márcia Aguiar, mulher de Queiroz, que estava forajuda até sexta-feira (12).

Noronha é conhecido no mundo jurídico por ser linha dura na área

criminal. Desde o início da pandemia, o ministro do STF negou habeas corpus a quatro investigados.

Ele aliviou a tormenta de Bolsonaro em um momento bem delicado para o presidente. Um assessor tutelado por Carlos Bolsonaro, com sala no Planalto, é apontado como operador de contas falsas na internet para atacar adversários.

Empresários pressionam contra a política ambiental. Aumenta a cada dia a cobrança para a demissão do ministro Ricardo Salles.

No combate à Covid-19, o governo federal perdeu uma batalha sem nunca ter entrado nela de fato.

Mas nada se compara, em termos de potencial de estrago político, à prisão de Queiroz. O PM aposentado compartilha de segredos financeiros da família do chefe da República.

Em recente evento no Palácio do Planalto, Bolsonaro afirmou que sua relação com o presidente do STF foi "amor à primeira vista".

Estariam nas suas mãos, daqui a poucos meses, um gesto para que seja eterno enquanto dure.

Era uma vez o escritório

Ruy Castro

RIO DE JANEIRO Tenho lido que uma das consequências da pandemia seria o fim dos escritórios e a consolidação do home office. Se isso acontecer, quem quiser saber no futuro como eles eram terá de recorrer a filmes cuja ação se passava neles. Com o que, sem dúvida, a escolha será "Se Meu Apartamento Falasse" (1966), de Billy Wilder, com Jack Lemmon e Shirley MaLaine. Lemmon faz um funcionário de uma companhia de seguros, e MaLaine, uma ascensorista. Parte da ação acontece no gigantesco salão da empresa, com centenas de mesas dispostas a perder de vista.

A trama do filme envolve as malícias, puxadas de tapete e outras delícias da vida corporativa no século 20, em que parecia valer tudo por uma promoção — a qual, além do aumento de salário, significava trocar a mesa no salão pela sala com o nome na porta e o banheiro da manada pelo toalete dos executivos. Outro filme exemplar sobre o tema, mas em tom de farsa, é "Como Vencer na Vida sem Fazer Força" (1967),

de David Swift, transcrição literal do grande musical da Broadway, com Robert Morse.

Mesmo que por pouco tempo, todos já tivemos uma vivência de escritório. Ele nos obrigava a ficar atentos às injeções, picuinhas e ataques pelas costas. Não era um ambiente muito saudável. Para as mulheres devia ser pior ainda — além do assédio, sua avaliação pelos chefes raramente se limitava ao aspecto profissional. A partir de agora, tudo isso pode ser passado.

Se assistir ao filme de Billy Wilder, atente para o grande detalhe, uma criação genial do cenógrafo húngaro Alexander Trauner. Os atores e mesas nos primeiros planos são convencionais. Para enfatizar a profundidade e o volume, Trauner botou anos em mesas menores a partir do meio do salão. E, lá no fundo, os "atores" já eram recortes de papelão em miniaturas de mesas.

Esse era o problema dos escritórios. Neles, muitos funcionários se sentiam recortes de papelão.

Os dois corpos do rei

Marcus André Melo

Professor da Universidade Federal de Pernambuco e ex-professor visitante da Universidade Yale. Escreve às segundas

Para a teologia política medieval, o rei possuía dois corpos: o material e o político — este imortal e simbólico.

Para os atuais autocratas, a imortalidade política continua a ser o objetivo central. Putin, por exemplo, passou a adotar curiosa estratégia, viável no marco do semipresidencialismo: faix adotado no país: alternar-se como presidente ou primeiro-ministro, logrando assim permanecer no poder por 22 anos — e sabe quantos mais após a recente aprovação de emenda constitucional.

Não deveríamos nos surpreender com as vicissitudes da democracia onde ela nunca existiu: o país só teve duas experiências eleitorais — ambas sob Boris Yeltsin, que estabeleceu o padrão corrupto e não competitivo característico; em nenhuma ocorreu transferência de poder do incumbente a um desafiante.

A trajetória da Polónia não difere muito, salvo nas últimas duas décadas, quando a democracia floresceu, mas foi submetida a testes de estresse não triviais. Foi o único país no qual o ideal dos dois corpos do rei poderia ter se materializado — e não só simbolicamente. Os irmãos Kaczynski — Lech e Jaroslaw —, fundadores do PIS (Partido Paz e Justiça), governaram o país como presidente e primeiro-ministro em 2006-2007. Eram gêmeos. O fim da experiência foi trágico: Lech faleceu em um acidente aéreo que também ceifou as vidas de metade do seu gabinete.

Jaroslaw fora o braço direito de Lech Walesa (de quem tornou-se inimigo), cujos governos se caracterizaram por graves conflitos sobre os papéis de primeiro-ministro e presidente. O primeiro governo dos Kaczynski, contudo, foi estável e moderado. E as duas gestões da atual oposição (Plataforma Cívica, 2007-14) consolidaram certa institucionalidade liberal no país. A União Europeia tem sido o fiador da democracia. A resposta à questão contratual sobre o que aconteceria em sua ausência é que provavelmente teria se tornado muito instável.

Jaroslaw permaneceu como líder do PIS, que neste domingo (12) foi às urnas para o segundo turno das eleições presidenciais em pleito apertadíssimo. O PIS já não será hegemônico mesmo que ganhe. Perdeu o controle do Senado em 2010 e não contará com o quórum de 3/5 exigido para derrubar vetos presidenciais caso seja derrotado. Se vencedora, a oposição — internacionalista e liberal — poderá construir um dique contra as iniciativas liberais do PIS.

Se a oposição for vencedora e Trump não for reeleito — cenários antecipados nas pesquisas —, o único líder populista radical no âmbito da ODE será o suspeito usual: Viktor Orbán. Amaré está mudando. Assistentes provavelmente debates sobre como sobreviver — não como morrer — as democracias.

folhainvest **coronavírus**

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painel@grupofolha.com.br

Cinzeiro

O Champix, medicamento da Pfizer para ajudar a parar de fumar, que muitos médicos consideram como o principal produto para tratamentos do tipo, está passando por uma crise de desabastecimento. E a previsão da multinacional é que o problema seja resolvido apenas em julho de 2021. Os consumidores começaram a sentir a falta do Champix nas farmácias desde o início da pandemia, um momento crítico que vem elevando o consumo de cigarros, segundo pesquisas.

BULA Procurada, a Pfizer diz que o motivo do desabastecimento foi "uma adequação regulatória do local de fabricação e exportação do produto". A Anvisa não se manifesta.

FUMAÇA "Eu não sei como a Anvisa e a Pfizer podem flexibilizar isso, mas não dá para ficar sem o produto em um momento como esse, em que o tabagismo é alto fator de risco para piora do prognóstico [da Covid-19]", diz a cardiologista Jaqueline Scholz, diretora do programa de tratamento do tabagismo do Incor.

FILTRO Há relatos de pacientes buscando restos de remédios que sobraram de outros ex-fumantes que já haviam encerrado o tratamento.

EXPRESSO Após o anúncio do fechamento definitivo da rede de cafeterias Octavio Café, na semana passada, avançaram as tratativas para definir o destino do terreno de 1.600 metros quadrados, na avenida Faria Lima, onde fica a sede fundada pelo ex-governador Orestes Quercia em 2007.

MACCHIATO O desfecho mais provável, por ora, é a venda do local a uma grande incorporadora para fazer um prédio comercial, segundo quem acompanha o assunto, mas os saudosistas ainda falam em uma solução arquitetônica que pudesse preservar a cafeteria frequentada por altos executivos da capital paulista.

DIGITAL A instalação de aplicativos de e-commerce cresceu 169% em maio ante o mesmo mês de 2019, segundo a Rank MyApp, empresa de tecnologia para divulgação dos apps.

TELA Em maio, o número total de aplicativos baixados dessa categoria foi de 8,4 milhões, o maior deste ano, e também 74% superior ao período da Black Friday em 2019. Os segmentos com maior destaque foram moda, compra e venda e artigos esportivos.

VELOCIDADE Ainda conforme a pesquisa, quase 62% dos usuários realizaram compras pelos aplicativos de e-commerce nos primeiros cinco dias após a instalação. O percentual cai conforme aumenta o período em que o app está instalado.

com Mariana Grazini

INDICADORES

JUROS



CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Competência Junho*

Autônomo, empregador e facultativo	Valor mín.	R\$ 1.045	20%	R\$ 209
Valor máx.	R\$ 6.101,96	20%	R\$ 1.220,39	
MET (Microempreendedor)	Valor mín.	R\$ 195,00	5%	R\$ 9,75
Assalariado	Alíquota			
Até R\$ 1.045	7,5%			
De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60	9%			
De R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40	12%			
De R\$ 3.134,41 a R\$ 4.179,20	14%			

*O prazo da competência de julho vence em 20/07 para empresas, para pessoas físicas, vence em 15/07. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro para empresas.

IMPOSTO DE RENDA

Em R\$	Alíquota, em %	Dedução, em R\$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Considerando o piso na capital e Grande SP

Alíquota	Mínimo	Máximo
em R\$	em R\$	em R\$
Empregado	De 2,5%	97,04
	a 14%	713,09
Empregador	20%	250,50
		1.220,21

*O prazo para o patróio da doméstica vencerá em 15/07. A declaração dos rendimentos dos patróios inclui a contribuição ao INSS do empregador e da doméstica, o FGTS, a multa para a demissão e o seguro contra acidentes. A contribuição ao INSS da doméstica pode ser descontada de seu salário. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro.

Algoritmos assumem protagonismo na seleção de aplicações financeiras

Objetivo é centralizar decisões, reduzir conflitos de interesses e aumentar a capacidade de projetar os cenários econômicos

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO Há dois anos, o Itaú Unibanco colocou em prática o projeto de transferir para os computadores a tarefa de montar carteiras de investimentos para seus clientes, com objetivo de centralizar decisões, reduzir conflitos de interesses e aumentar a capacidade de projetar cenários econômicos. O futuro agora, diz o banco, está nos dois bilhões de simulações que o sistema realiza atualmente, considerando 10 mil cenários macroeconômicos, aplicados a 300 mil carteiras para cada um dos quatro perfis de risco dos investidores.

A automação do processo de indicação de investimentos tem sido uma das apostas para combater a perda de clientes para corretoras, uma disputa que ficou explicitada pela concessão recente de licenciamento que causou polêmica junto a agentes autônomos e criou atritos com a XP, empresa da qual o Itaú é sócio.

Nessa disputa, entram também outras instituições, como a gestora de investimentos digital, que já foram criadas dentro do novo modelo, ainda incipiente no Brasil, mas muito utilizado no exterior.

De acordo com Claudio Sanches, diretor de produtos de investimento e previdência do Itaú Unibanco, a migração do modelo de recomendações baseadas na percepção de seres humanos para um sistema automatizado é necessária para quem quiser continuar no mercado. "A partir do momento em que temos todas as simulações, eu começo a escolher qual carteira que faz sentido para cada perfil e quais os produtos

“Tem aquela pergunta: no momento em que a Bolsa cai 10%, o que é que você faz? A gente teve esse cenário, sabemos como cada um se comportou. Não usar esse dado no algoritmo de recomendação seria um desperdício para o cliente”

Claudio Sanches
diretor de produtos de investimento e previdência do Itaú Unibanco

que fazem mais sentido para aquela carteira", afirma Sanches. "É impossível achar alguém que seja capaz de fazer todos esses cálculos de maneira tão precisa.

Os resultados entregues até o momento pela ferramenta Portfolio Review representam um incremento equivalente a 34% do CDI para os clientes que passaram pelo processo de revisão de carteiras de investimentos com base nesse novo consultor financeiro. Isso significa a realocação de R\$ 142 bilhões (cerca de um terço da base de clientes Personalité). Uma versão mais light da ferramenta também está por trás das recomendações para todos os clientes da instituição, independentemente dos recursos depositados no banco.

Luciano Tavares, presidente da gestora de investimentos digital Magnetis, criada em 2015, estima que 99% do dinheiro aplicado pelos brasileiros ainda esteja baseado em recomendações feitas sem interferência de algoritmos.

"No Brasil, há mais de 20 mil produtos de investimento, que mudam todos os dias, com preços que sobem e caem. A gente está falando de trilhões de combinações, analisar tudo isso e achar a combinação ideal para todos os clientes. É humanamente impossível olhar tudo isso", afirma Tavares. "Com os algoritmos, você consegue ter uma carteira muito mais personalizada, com uma relação risco-retorno melhor".

Segundo Sanches, do Itaú, o uso da máquina também evita o conflito de interesses entre o cliente e quem faz a indicação, além de amillar o viés humano de recomendar produ-

tos que tiveram bom desempenho histórico, mas cujas perspectivas futuras podem não ser tão promissoras quanto analisadas pela máquina.

"O algoritmo faz a projeção de rentabilidade por produto baseada em uma série de parâmetros. Ele não tem o viés de percepção do passado. Quando a recomendação não necessariamente bate com o que estava rendendo muito, você tem uma resistência do cliente. Ai entra o trabalho de usar o material técnico para justificar isso", afirma.

A queda recente dos mercados foi um teste e também uma oportunidade de aprendizado para as máquinas. Embora esses sistemas tenham sido criados há pouco tempo, eles são abastecidos com o histórico de outras crises e, agora, também podem analisar o comportamento dos clientes diante dos movimentos abruptos do mercado no primeiro semestre deste ano.

"Temos muitos dados para ver se o perfil que o cliente tinha era condizente com o comportamento que teve nesses meses de crise. Tem aquela pergunta: no momento em que a Bolsa cai 10%, o que é que você faz? A gente teve esse cenário, sabemos como cada um se comportou. Não usar esse dado no algoritmo de recomendação seria um desperdício para o cliente", afirma Sanches.

"O computador não advinha que haveria crise, mas tem o histórico sobre como os ativos se comportam, sabe agir sem viés emocional. É comum as pessoas terem medo na crise e euforia quando o mercado sobe. O computador olha de maneira fria o mercado", diz Tavares, da Magnetis.

Brasil terá que ser ágil e moderar ambição nos leilões de infraestrutura após Covid-19

SÃO PAULO | REUTERS O Brasil terá que ser rápido em mudanças de reequilíbrio financeiro de concessões atuais de logística e pode ter que aceitar outorgas menores nas previstas para 2020 e 2021, se quiser ver o setor como locomotiva do crescimento econômico ainda mais necessário após a recessão provocada pela Covid-19.

Para investidores e especialistas na estruturação de projetos, a pandemia em si deve ter efeito limitado na decisão de potenciais candidatos a participarem de leilões dado o prazo das concessões, que podem superar 30 anos. Mas a reação do governo a desdobramentos da crise pode ajudar a determinar se e quantos competidores disputarão concessões de rodovias, portos, ferrovias e aeroportos, vital para o plano do governo de levantar cerca de R\$ 250 bilhões em investimentos nos próximos anos.

O problema mais visível é o reequilíbrio financeiro das concessões atuais, especialmente de rodovias e aeroportos, os mais atingidos pelas medidas de isolamento social. No caso dos terminais aeroportuários, o governo já suspendeu pagamentos de prestações de outorgas. Governos também costumam estender os prazos da concessão como forma de compensar perdas.

Com a extensão da crise, concessionárias de rodovi-



Praça de pedágio entre Bebedouro e Barretos, interior de São Paulo
Joel Silva / Folhapress

as estão querendo respostas mais rápidas, incluindo recombinação de caixa.

"Poderia ser um percentual da perda de receita", disse Leonardo Vianna, que acaba de deixar a presidência da CCR, maior administradora de estradas do país. O restante poderia vir como um crédito que poderia ser usado para ajudar a pagar outorgas em futuras licitações.

Segundo dados da ABCR (associação de concessionárias de rodovias), no acumu-

lado do primeiro semestre, o tráfego nas rodovias mostra queda de 18,8% sobre 2019.

A gritaria pelo reequilíbrio mais ágil, porém, deve encontrar resistência de órgãos de controle, como o TCU (Tribunal de Contas da União), dada a percepção de que esse mecanismo foi usado de forma não ortodoxa no passado.

Alguns concessionários poderiam ficar de fora de novos leilões, uma vez que reúnem esforços para dar sustentação às concessões atuais.

mercado

30% das pequenas indústrias de SP têm crédito com garantia do governo negado

Pesquisa do Simpi e Datafolha mostra que o percentual de empresas desse porte sem crédito estava em 79% no final do mês passado

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO Pesquisa divulgada pelo Simpi (Sindicato do Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo) mostra que 30% das empresas desse porte tiveram negados os pedidos de financiamento com linhas de crédito que contam com garantias do governo federal.

O levantamento, realizado pelo Datafolha, mostra que apenas 4% conseguiram financiamento com essas linhas, 64% não haviam procurado por elas e 1% aguardava aprovação.

Para indústrias desse porte, as linhas com garantia do governo federal são o Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empre-

sas de Pequeno Porte), que usa recursos do Tesouro para garantir os empréstimos, e a linha para financiamento da folha de pagamento.

Os levantamentos são realizados quinzenalmente. No último, foram ouvidas 288 empresas no estado, de 17 a 25 de junho.

Segundo a pesquisa, o percentual de indústrias desse porte sem acesso ao crédito estava em 79% no final do mês passado, nível ainda alto, apesar da melhora em relação aos cerca de 90% verificados nos levantamentos realizados de abril até a primeira quinzena de junho.

Até o dia 25, 14% das empresas afirmaram ter recebido comunicado da Receita Federal sobre o Pronampe, documento entregue via Correio para empresas do Simples Nacional ou sistema e CAC (para as demais), com a informação do valor da receita bruta, com base nas declarações desses contribuintes ao Fisco, para viabilizar a análise à linha de crédito junto às instituições financeiras.

De acordo com o presidente do Simpi, Joseph Couri, a Receita informou ao sindicato já ter enviado o comunicado a todos os empresários ainda no mês de junho.

Até o momento, apenas o Banco do Brasil, a Caixa e o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais estão operando a linha. Na terça-feira (7), o Ministério da Economia informou que a linha já está funcionando plenamente.

“Você tem 25% das empresas que, nos próximos 30 dias, se não chegar dinheiro na ponta, vão entrar com pedido de recuperação judicial ou falência. Se olhar para trás, somando recuperação e falência de clientes e fornecedores, está tendo uma quebra da cadeira produtiva”

Joseph Couri presidente do Simpi

te e que registrou R\$ 2 bilhões desembolsados só na última segunda-feira (6). Com isso, o total concedido chegou a R\$ 3,3 bilhões. A linha conta com R\$ 15,9 bilhões, e o governo avalia que será necessário aumentar o valor em breve.

Couri afirmou que algumas empresas reclamam que receberam o documento da Receita, mas não com o valor correto equivalente a 30% do faturamento.

A pesquisa mostra que 61% das empresas têm interesse na linha. Para o presidente do Simpi, o fato de não haver instituições privadas operando a linha preocupa, pois as instituições públicas não têm condições de atenderem sozinhas a essa demanda.

“Torçemos para que o sistema financeiro liberte esses empréstimos e o dinheiro chegue na ponta. Temos até hoje muitos bancos que não aderiram, entre eles, os maiores privados. Até o momento, o que tem sido feito é renegociação e alongamento de prazos, mas crédito novo para MPE está extremamente difícil”, afirma o presidente do Simpi.

“Se o dinheiro não chegar na ponta rapidamente, os resultados serão muito ruins.”

Ainda de acordo com a pesquisa, 35% das empresas já demitiram algum funcionário desde o início da crise causada pelo coronavírus, sendo que 21% demitiram mais de 30% do seu quadro de pessoal.

A taxa de empresas totalmente paradas recuou de 29% em abril para 13%, porém, há mais empresas que estão funcionando com a maior parte das atividades paradas (passou de 30% para 36% na mesma comparação).

A maioria dos entrevistados (55%) disse que a situação das empresas não iria nem piorar nem melhor nos dez dias seguintes à consulta. São 14% as empresas que afirmam correr o risco de falir nos próximos 30 dias e 16% as que citam o risco de entrar em recuperação judicial.

Entre os entrevistados, 67% possui algum cliente ou fornecedor que falhou ou entrou em recuperação na crise atual.

O Pronampe poderá ser acessado por 4,6 milhões de empresas, segundo a Receita.

mpme coronavírus



A professora Luciana Migliaccio na sala do seu curso, na zona sul de SP Danilo Verpa/Folhapress

Professores que têm seus próprios cursos ensinam a empreender

Crise causada pela pandemia leva a aumento no número de docentes que buscam trabalhar por conta própria

Ana Luiza Tieghi

SÃO PAULO Com a crise, mais professores têm buscado trabalhar por conta própria. Além de saber ensinar, eles precisam aprender noções de gestão e ganhar intimidade com as ferramentas digitais para chegar aos alunos durante a pandemia.

Neste período, mais professores procuraram informações sobre como começar um negócio no Sebrae-SP, segundo Wilson Poit, superintendente da entidade.

A professora Luciana Migliaccio, 47, conhecida como Lucy, teve que adaptar suas aulas para transmissões ao vivo durante a quarentena. Ela inaugurou seu curso de redação, o Margem da Palavra, em São Paulo, no ano passado.

“Essa experiência abriu novos olhos para essas tecnologias, vimos que não é um bicho de sete cabeças”, diz.

Por conseguir oferecer o conteúdo pela internet, Lucy viu uma alta na procura pelos seus cursos durante a pandemia —hoje tem 15 alunos.

Ela, que dá aulas há 20 anos num cursinho pré-vestibular, onde também elabora o material didático, criou o Margem da Palavra ao perceber uma demanda dos estudantes por um atendimento individualizado.

“Com tantos anos de carreira, cheguei uma hora que eu queria autonomia. O curso e meu trabalho no cursinho são complementares”, diz.

Para um professor que já tem seu nome estabelecido no mercado, é mais fácil conseguir alunos para um curso próprio. Esse reconhecimento pode vir tanto por trabalhar em instituições respeitadas quanto por ter muitos seguidores nas redes sociais.

Captar alunos é um dos desafios. Ao decidir trabalhar por conta própria, o professor deixa de ter toda a estrutura de uma instituição de ensino para ajudá-lo, ressalta Giovana Vieira, professora da FIA (Fundação Instituto de Administração).

Ele precisa pensar em seu público alvo, na infraestrutura, em fazer marketing, gerenciamento financeiro e ainda criar um curso atrativo.

“É uma oportunidade, mas antes de se lançar no mercado, ele tem que pensar se vai estar preparado para fazer a gestão do negócio”, diz.



Paulo Jubilut, professor e criador da plataforma de ensino online Biologia Total Daniel Aguiar

O professor Paulo Jubilut, 42, é dono da Biologia Total, canal de ensino virtual que engloba conteúdos de biologia, física, química e matemática. A empresa emprega 40 funcionários e atende entre 150 mil e 200 mil alunos ao ano.

Em 2021, após ser demitido de um cursinho, Jubilut decidiu postar aulas no YouTube, quando poucos faziam isso, e os seguidores começaram a aparecer. Dois anos depois, criou a empresa para vender cursos por assinatura —hoje, o valor é de R\$ 16,670 ao mês, o que só é praticável pela quantidade de estudantes.

Ele considera que começar um curso agora é mais difícil do que foi há sete anos. “Hoje, há plataformas bem desenvolvidas, e o estilo caseiro do professor gravando em casa, não funciona mais.”

Para novos empreendedores na área, Jubilut aconselha a não gastar com a criação de uma plataforma própria logo de cara. O melhor seria primeiro construir um nome pelas redes sociais e, então, utilizar sites que hospedam cursos, como o Hotmart.

O professor pensava em ter também um curso presencial, mas, com a pandemia, desistiu da ideia. Sua empresa, que teve uma alta de 4% nas vendas no ano passado, passou a crescer 50% desde março, com o aumento da procura por aulas online.

No pós-pandemia, o modelo será mais bem-sucedido se misturar ensino distância e presencial, na opinião de Giovana Vieira, da FIA. A possibilidade de oferecer conteúdo pela internet au-

mentou a quantidade de cursos oferecidos, o que tornou o mercado muito competitivo. Por isso, é preciso ter um diferencial para se sobressair.

O professor Frederico Torres, 33, formado em estatística, desenvolveu um estilo próprio para gravar seus conteúdos sobre matemática. Nos vídeos, só sua mão aparece, executando ações em um tablet.

Pouco antes da pandemia, Torres começou a investir no YouTube, postando algumas aulas na rede, com a ideia de ampliar a sua presença no mundo digital.

Desde 2017, ele está à frente do curso Mente Matemática, em Brasília. Nele, também leciona com uma metodologia própria: faz análise estatística do desempenho dos estudantes para treinar seus pontos fracos e os ensina a fazer cálculos de cabeça.

Neste período, Torres tem enviado aulas gravadas aos alunos, fornecendo material com exercícios e tirado as dúvidas por meio de lives.

Os cursos semestrais custam entre R\$ 279 e R\$ 319 por mês. Já a mensalidade do programa anual é R\$ 259. Ao longo de 2019, o Mente Matemática teve 80 alunos.

Para agosto, Torres planeja o lançamento de uma plataforma virtual para seus cursos. Não pretende abandonar, no entanto, as aulas presenciais depois da pandemia.

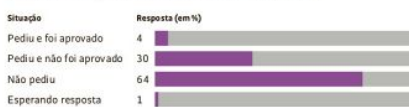
Ao empreender, professores precisam ser também vendedores, diz Poit, do Sebrae. “Não tenha vergonha. Para todo cliente que você atende, peça indicação de mais dois ou três”, afirma.

Micro e pequenas indústrias de SP têm dificuldade para acessar crédito

A empresa está tendo acesso a crédito neste período de crise para se manter funcionando?



A empresa conseguiu aprovar linha de crédito emergencial?



Fonte: Pesquisa Datafolha e Simpi (Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo) realizada com 258 empresas, entre os dias de 17 a 25 de junho

poder

OMBUDSMAN

folha.com/ombudsman
ombudsman@grupofolha.com.br

Ombudsman tem mandato de um ano, com possibilidade de renovação, para criticar o jornal, ouvir os leitores e comentar, aos domingos, o noticiário da mídia. Tel.: 0800-015-9000; fax: (11) 3224-3895



Vale torcer pela morte?

Tradicionais na Folha, textos polêmicos nem sempre obtêm bons resultados

Flavia Lima

Na semana em que Brasil passou a marca de 70 mil mortos pela Covid-19 e na qual o presidente Jair Bolsonaro anunciou que está com o vírus, o colunista da Folha Helió Schwartzman surpreendeu leitores com artigo intitulado "Por que torço para que Bolsonaro morra?".

Em exercício teórico cujo argumento central é que o valor das ações vem dos resultados que elas produzem, Schwartzman defendeu que o sacrifício de um indivíduo (o presidente) pode ser válido de desvelar um bem maior (as vidas salvas

pela adoção de uma estratégia de combate ao coronavírus). Parte dos leitores entendeu o recado como uma crítica contundente ao modo como o presidente conduziu a pandemia. Outros desaprovaram o texto.

"Fico pensando se esse tipo de abordagem não nos coloca em um vale-tudo em nome do direito à opinião. Desejar a morte de uma pessoa e publicar isso é algo muito sério", disse um leitor.

A Folha tem um histórico longo de colunistas cuja característica mais marcante

é a provocação. Entre eles, o agressivo Paulo Francis, muito popular na década de 1990, é o caso mais emblemático.

Atualmente, o engenheiro Helió Beltrão é destaque entre os colunistas que atraem críticas dos leitores, seja ao politizar o uso da hidroxiocloroquina, seja ao chamar manifestantes antirracistas de ditadores, ligando os protestos recentes a uma "estratégia hegeliana das tesouras dialéticas".

Schwartzman, há mais de 30 anos na Folha, não se encaixa em nenhum dos perfis.

Fazendo uso de argumentos que buscam suspender os juízos de valor ou justificá-los apelando para a filosofia ou para a sociobiologia, o colunista é visto como repositório da isenção científica, da moderação.

Dói o espanto dos leitores, que perguntaram se o texto estaria de acordo com as boas práticas da Folha.

O Manual da Redação é claro ao rechaçar censura e outras agressões à liberdade de expressão, reconhecendo, no caso de abuso comprovado dessa liberdade, a responsabilização

posterior dos autores, nos termos da lei. Mas houve crime? Para tentar enquadrar o jornalista, o ministro da Justiça, André Mendonça, recorreu à Lei de Segurança Nacional. Em artigo na Folha, Fábio Wojnart, da Secretaria de Comunicação, justificou a investigação apelando aos limites da liberdade de expressão.

Os abusos dessa liberdade estão descritos na legislação. O trecho da lei a que recorreu o ministro fala em calúnia e difamação contra os presidentes dos três Poderes. Calúnia é a atribuição falsa de fato de crime como crime, enquanto difamação é a imputação de fato ofensivo à reputação.

O desejo de morte de uma pessoa não se enquadra em nenhuma das definições.

Além disso, o governo expõe o caráter contraditório da medida ao recorrer aos limites da liberdade de expressão contra um texto de opinião, enquanto evoca essa mesma liberdade para justificar os improprios de bloqueios bolsanaristas.

Schwartzman pode ter sido imprudente, mal educado, imoral ou amoral. Mas não cometeu um crime. Reagiu com o fígado, como disse Thiago Amparo, também colunista da Folha, mas se as visceras produzissem bons argumentos, teríamos na figura do presidente um grande orador.

A Folha repete as tentativas de criminalizar o exercício da opinião, diz Vinícius Mota, secretário de Redação. Como o leitor já sabe, Mota afirma também que o jornal

assegura ampla liberdade de expressão a seus colunistas, que atuam no campo da opinião e não influenciam a produção de conteúdo noticioso do jornal.

Essa liberdade é louvável e precisa ser ampla. Helió Beltrão segue dizendo o que pensa, mas, para lembrar de outro exemplo, Anderson França, colunista polêmico que escrevia no site, durou menos de um ano no jornal. Qual é a regra?

De modo legítimo, a Folha busca audiência. Com os seus mais de mil comentários no site (um texto popular costuma ter entre cem e 300 comentários), a coluna a entrega. Mas briga entre famosos também dá cliques, sem que o saldo em termos de credibilidade seja significativo para o jornal.

Um outro aspecto que a coluna aproxima as páginas do jornal do vale-tudo das redes sociais, universo em relação ao qual a Folha e toda a imprensa buscam se diferenciar. A partir de uma abordagem simplificadora, o texto parece contribuir pouco para o debate público, sobretudo em um ambiente como o atual, altamente polarizado.

Em uma coluna de dezembro de 2019, Schwartzman ofereceu um caminho para contornar o ambiente da internet, em que todos são aplaudidos, não importa a tese que defendam. Esse caminho seria a autocensura.

Segundo o próprio autor, "é um tipo de censura que, se exercida com discernimento, tende a ser pró-social". Poderia ter servido bem à coluna em questão.

STF pressiona contra redução salarial e corte de penduricalhos na pandemia

Corte retirou de pauta análise que pode estender direito à licença-prêmio aos 16 mil juizes do país

Matheus Teixeira

BRASÍLIA Em meio à crise econômica desencadeada pelo novo coronavírus, o STF (Supremo Tribunal Federal) tem pressionado o Congresso para preservar o próprio salário e evitar a aprovação da redução de vencimentos e de jornada de trabalho de servidores públicos.

A corte, inclusive, fez questão de declarar, no final de junho, a inconstitucionalidade de artigo da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que permitia a diminuição de vencimentos do funcionalismo como alternativa para enfrentar problemas financeiros.

Além do lobby em favor da própria remuneração, o Supremo também dá demonstrações de que não quer mexer nos chamados penduricalhos da magistratura, os benefícios que engordam o salários dos juizes.

No último dia 23 de março, quando a pandemia já havia sido decretada, a corte retirou de pauta o julgamento que discute se juizes têm direito a licença-prêmio.

O benefício prevê rescesso remunerado de três meses a quem prestar cinco anos de serviço. Em alguns casos, servidores que não tiram a licença podem recebê-la em dinheiro ao se aposentarem.

A análise do caso havia sido incluída, em 19 de março, na sessão virtual da corte que começaria em 3 de abril. Quatro dias depois, no entanto, o relator da matéria, ministro Alexandre de Moraes, retirou o recurso de pauta.

Há anos o excesso de pen-



Sessão plenária do Supremo Tribunal Federal, ainda presencial, no início da pandemia. Resolvi Coutinho - 18 mar 2020/SCJ/STF

duricalhos e os supersalários são criticados, inclusive por ministros do Supremo. A corte, no entanto, hesita em julgar casos que mexam nos vencimentos dos juizes.

A decisão liminar (provisória) do ministro Luiz Fux que estendeu o auxílio-moradia a todos os magistrados do Brasil, por exemplo, durou quatro anos e sequer foi julgada pelo plenário.

O próprio ministro revogou o benefício, mas sem deixar que a medida afetasse o bolso da categoria: a revogação só ocorreu após o então presidente Michel Temer garantir o reajuste de 16,32% no teto salarial, que é usado como base para calcular

a remuneração dos juizes.

A redução salarial discutida pelo Congresso neste ano também preocupava o STF porque mirava os salários mais altos. A articulação de deputados com o governo era prever um corte maior em categorias que têm remunerações elevadas.

O presidente do Supremo, ministro Dias Toffoli, porém, já deixou claro aos presidentes da Câmara e do Senado, Rodrigo Maia (DEM-RJ) e Davi Alcolumbre (DEM-AP), respectivamente, que a corte discorda da medida.

E, neste caso, o Ministério Público, que muitas vezes dirige do Judiciário, está unido com o STF: O procurador

geral da República, Augusto Aras fez movimento similar ao de Toffoli e também avisou aos chefes do Congresso que a proposta enfrenta resistência na categoria.

Em relação à licença-prêmio, o processo chegou ao STF em maio de 2017 e, em outubro daquele ano, os ministros decidiram dar repercussão geral ao julgamento. Com isso, o Supremo determinou que a decisão valeria para todos os processos do país que tratam do tema.

Assim, caso o STF derrube a previsão do benefício para a magistratura, juizes de primeira e segunda instância que recebem a verba em razão de lei estadual

aprovada nesse sentido também podem ser impactados.

Se a decisão for favorável, o caso tem potencial para beneficiar os 16 mil magistrados brasileiros, uma vez que, com a decisão do STF, todos poderão requerer a licença-prêmio na Justiça e terão o direito assegurado.

Apesar da análise prévia sobre o alcance do julgamento, o plenário nunca se debruçou sobre o tema para tomar uma decisão definitiva a respeito.

O argumento dos magistrados é que integrantes do Ministério Público têm direito ao benefício, e a Constituição prevê a simetria entre as duas carreiras. Ou seja, se promotores e

procuradores têm direito, juizes também deveriam ter.

Em alguns estados, o funcionário do Ministério Público que não usa a licença-prêmio passa a ter direito de recebê-la em dinheiro. Assim, se o servidor estiver no topo da carreira e receber o teto do funcionalismo, o que não é raro na magistratura, o funcionário tem direito a receber cerca de R\$ 117,6 mil a mais a cada cinco anos.

A retirada de pauta é mais um movimento da magistratura para não perder salários e benefícios em meio à pandemia. E o julgamento que fixou a repercussão geral ao caso, que ocorreu no plenário virtual, deu um indício de que não haverá unanimidade nem a favor nem contra a concessão do benefício.

O relator, Alexandre de Moraes, votou para reconhecer a repercussão geral e reafirmar a jurisprudência da corte no sentido de que juizes não têm direito ao benefício.

Para Moraes, deveria ser aplicada à discussão a súmula vinculante do STF que proíbe o Poder Judiciário de "aumentar vencimentos de servidores sob o fundamento da isonomia" por não ter função legislativa.

Moraes sugeriu que fosse fixada a seguinte tese a ser aplicada aos processos do país que discutem se juizes têm direito ao benefício: "É ilegítima a concessão de licença-prêmio aos membros do Poder Judiciário, bem como a indenização por sua não fruição, com fundamento na isonomia em relação aos membros do Ministério Público, haja vista a afronta ao disposto na súmula vinculante 37".

Os ministros concordaram por unanimidade em dar repercussão geral ao caso, mas houve divergência em relação à tese proposta por Moraes.

No mérito, porém, a maioria divergiu do ministro e afirmou que não há jurisprudência consolidada da corte sobre o tema.

mercado **coronavírus**

Mundo terá pior recessão desde o pós-Guerra

PIB do Brasil terá maior queda em ao menos 120 anos, com forte queda de juros e inflação e endividamento recorde

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO Uma crise como nenhuma outra, uma recuperação incerta. É dessa forma que o FMI (Fundo Monetário Internacional) resume o impacto da Covid-19 sobre a economia mundial.

A Folha selecionou uma série de dados econômicos que mostram as dimensões históricas da crise atual no mundo e também no Brasil. Nas palavras do Banco

Mundial, a economia global sofreu um golpe devastador que levará à recessão mais profunda desde a Segunda Guerra Mundial.

A contração esperada para a economia só fica abaixo do que foi verificado na Grande Depressão dos anos 1930 e nos períodos relacionados às duas grandes guerras do século 20.

No Brasil, prevê-se a recessão mais profunda em pelo menos 120 anos, período para o qual há dados, segundo

estudo do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). A contração seria ainda maior não fosse a decisão do país de injetar expressivos recursos na economia, que levarão o Brasil a registrar um déficit histórico nas contas públicas e vão elevar seu endividamento a um patamar inédito, como mostram as projeções da Instituição Fiscal Independente, órgão do Senado, e do próprio governo federal.

Segundo o ministro Paulo Guedes (Economia), o mundo foi atingido por um meteoro, que eliminou qualquer chance de recuperação do crescimento brasileiro neste ano.

Reflexos dessa crise podem ser vistos em todos os grandes setores: no comércio e nos serviços, que vinham puxando a economia brasileira havia décadas, e na indústria, que já vinha operando em níveis modestos havia anos.

A queda na produção de ve-

ículos aos níveis da década de 1950 é um exemplo do impacto de todas as necessárias medidas de distanciamento social, que ajudaram a mitigar a crise.

A inflação em níveis baixos tem permitido ao Banco Central reduzir os juros para o menor patamar da história recente, mas a reação da atividade a esse novo piso ainda é incerta.

Citando mais uma vez o Banco Mundial, a pandemia e as medidas de isolamento

social afetaram bilhões de vidas e estão prejudicando décadas de progresso econômico e desenvolvimento.

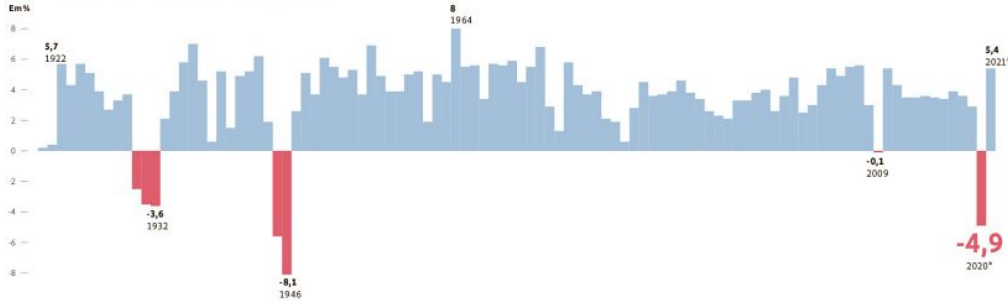
Devem também ter impacto profundo sobre os níveis de pobreza.

Por ser a primeira recessão global desencadeada por uma pandemia, a crise atual gera ainda mais desafios aos formuladores de políticas, segundo a instituição, e torna sua profundidade e sua recuperação mais incerta.

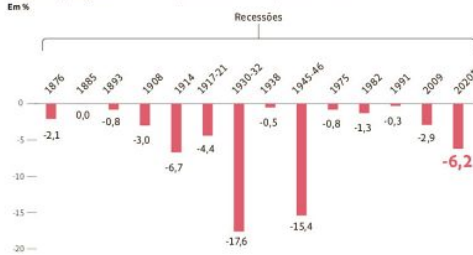
Dados mostram dimensão histórica do impacto da Covid-19 na economia



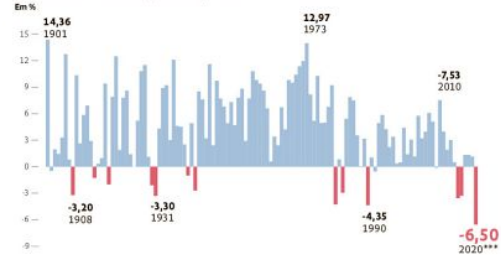
PIB mundial terá maior contração desde o pós Segunda Guerra



PIB per capita global mostra 4ª pior recessão em quase 150 anos

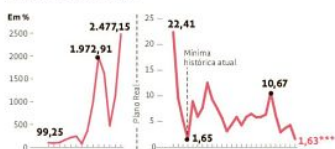


PIB do Brasil terá maior queda em pelo menos 120 anos

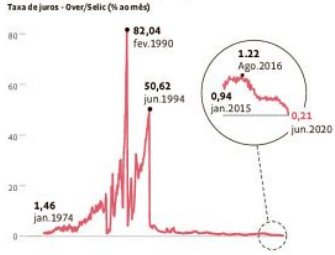


JUROS E INFLAÇÃO

Inflação medida pelo IPCA deve ter mínima em pelo menos 41 anos



Juros se aproximam de zero pela primeira vez na história



INDÚSTRIA E MERCADO DE TRABALHO

Queda da **população ocupada** e taxa de **desemprego** devem bater recorde



Indicadores da indústria têm queda histórica



Produção de veículos no Brasil volta aos níveis da década de 1950



CONTAS PÚBLICAS

Gasto com pandemia e queda de receitas levam **contas públicas** a déficit recorde



Dívida Bruta do governo se aproxima de 100% do PIB



*Projeções do FMI
 **Projeções do Banco Mundial
 ***Projeções do Boletim Focus
 ****Projeções do Ipea/FGV
 *****Projeção da Instituição Fiscal Independente

mercado coronavírus

Serviços frustram expectativa criada por retomada da indústria e do varejo

Setor responsável por 70% do PIB encolhe 0,9% em maio, ante estimativa que superava 5% de alta

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO O quarto recuo consecutivo no setor de serviços frustrou expectativas do mercado e coloco ainda mais dúvidas sobre o ritmo de retomada da economia brasileira após o relaxamento das medidas de distanciamento social para enfrentar a pandemia.

A queda de 0,9% em maio divulgada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) foi muito pior que a média das projeções de bancos para o ano. O setor é responsável por quase 70% do valor adicionado do PIB (Produto Interno Bruto) e acumula em 2020 queda de 7,6%. O fechamento

de estabelecimentos durante a pandemia derrubou as vendas do setor em 18,8% entre fevereiro e maio.

O desempenho difere dos outros grandes grupos de atividades econômicas pesquisados pelo IBGE: depois de tombo nos registros em abril, indústria e comércio repuseram parte das perdas após a reabertura de lojas em algumas regiões do país, com altas de 7% e 13,9% no mês, respectivamente.

"Primeiro, o medo da pandemia diminuiu um pouco parte das atividades econômicas começou a retomar e os programas emergenciais do governo começaram a atuar fortemente", diz a economista Margarida Gutierrez, da Coppe/UFRJ. "Mas o setor de serviços foi o mais abalado e continua sob fortes restrições, com toda a parte de lazer ainda fechada, por exemplo."

A pesquisa do IBGE mostra que, embora o volume de serviços prestados às famílias — como restaurantes, hotéis e salões de beleza — tenha crescido, o setor sofreu com a redução da contratação de serviços por empresas, em um indicador de que a economia formal segue mais lenta.

"A expectativa que a gente tinha de uma atividade econômica mais intensa, de recuperação do setor de serviços, e porque se olhou muito para o lado formal da economia. E ele não aconteceu", diz o economista Marcelo Neves, da Fipecafi.

Os principais impactos negativos sobre o setor em maio vieram de atividades como corretoras de títulos e valores mobiliários, planos de previdência e saúde, serviços de tecnologia da informação, limpeza de prédios e agenci-

amento de mão de obra.

Um grupo de serviços profissionais, administrativos e complementares fechou o mês em queda de 3,6%. Já os serviços de informação e comunicação caíram 2,5%. Por outro lado, os serviços prestados à família cresceram 14,9%.

Em geral, o mercado espera que a retomada se mantenha em junho, até com uma virada no setor de serviços para o terreno positivo, principalmente após a reabertura de estabelecimentos comerciais no Rio e em São Paulo.

"No entanto, essa recuperação ocorrerá em um ritmo relativamente lento em meio às fracas condições do mercado de trabalho e às incertezas sobre as perspectivas econômicas, assim como a possível retirada do auxílio mensal de R\$ 600", escreveu, em relatório, o banco MUFG Brasil.

O economista da FGV (Fundação Getúlio Vargas) Cláudio Considera concorda que a distribuição de recursos pelo governo tem sido fundamental. Ele lembra que, na indústria e no comércio, os setores com melhor desempenho estão relacionados a bens de consumo não duráveis.

Embora maio tenha trazido recuperação nas vendas de roupas, calçados e eletrodomésticos, por exemplo, na média trimestral, apenas o setor de supermercados se mantém no azul.

"Por enquanto, a economia está na base do auxílio emergencial", diz Considera.

Gutierrez acredita que a extensão do auxílio emergencial por mais dois meses, aprovada no fim de junho, vai garantir um desempenho positivo no terceiro trimestre, mas o PIB pode levar um tombo no quarto trimestre com o fim do benefício. "Tudo depende, claro, de como vai evoluir a pandemia, se a flexibilização será mantida."

Neves, da Fipecafi, defende que a manutenção de algum tipo de auxílio, mesmo que em valores menores, é fundamental para acelerar o ritmo de retomada econômica.

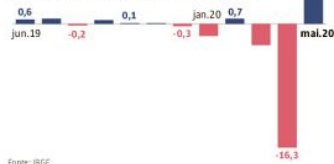
Principalmente porque os dados do mercado de trabalho mostram que, apesar da virada no comércio e na indústria, a situação de emprego continua ruim: em maio, pela primeira vez na história, o Brasil tinha mais gente fora do mercado do que gente com alguma ocupação.

"A recuperação é sustentável? Tudo indica que sim, mas sob algumas condições", diz ele. "Vamos precisar de alguma ajuda, governo vai ter que dar mais algum auxílio por mês. Tem que dar tração nesta economia para que ela retome o fôlego novamente."

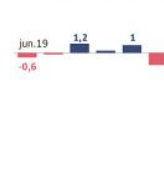
Serviços frustram expectativa de retomada

Desempenho dos setores da economia em maio, em %

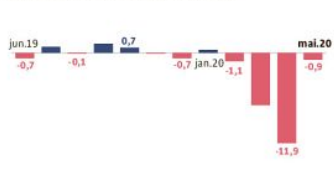
Com as lojas reabertas em alguns estados, o comércio recuperou parte das perdas de abril



A indústria também teve alta, puxada principalmente pela reabertura das montadoras



Os serviços, porém, mantiveram-se em queda, puxados por serviços prestados a empresas



Mais de 5 milhões voltaram ao trabalho desde maio, diz IBGE

Thais Carranza

SÃO PAULO Desde o início de maio até a terceira semana de junho, mais de 5 milhões de brasileiros que estavam temporariamente afastados do trabalho devido ao distan-

ciamento social voltaram às suas atividades, informou o IBGE. Segundo o instituto, na terceira semana de junho, cerca de 11,1 milhões estavam afastados do trabalho, abaixo da semana anterior, quando 12,4

milhões estavam afastados, e dos 16,6 milhões de afastados no começo de maio. Com isso, o percentual de afastados entre os ocupados caiu de 19,8% no início de maio para 13,3% no dado mais recente.

Os dados foram coletados pela pesquisa Pnad-C, que busca identificar os efeitos da pandemia no mercado de trabalho e na saúde.

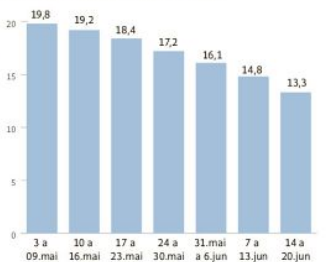
Os desocupados somavam 11,8 milhões entre 14 e 20 de junho, patamar estável na relação à semana anterior (11,9 milhões), mas acima do registrado no início de maio, quando somavam 9,8 milhões.

Os ocupados eram 84 milhões, patamar estável nas duas bases de comparação. Entre eles, 8,7 milhões trabalhavam remotamente na terceira semana de junho, patamar estável em relação à semana anterior e no início de maio.

Para Maria Lúcia, coordenadora da pesquisa, a estabilidade da população ocupada também em bases de comparação, a estabilidade no número de ocupados e desocupados na passagem de uma semana a outra, acompanhada de uma redução dos afastados, sugere

Aos poucos, trabalhadores retomam as atividades

Percentual de pessoas ocupadas e afastadas do trabalho devido ao distanciamento social



retorno às atividades. Conforme a técnica do IBGE, a estabilidade da população ocupada também em bases de comparação, a estabilidade no número de ocupados e desocupados na passagem de uma semana a outra, acompanhada de uma redução dos afastados, sugere

retorno à base de comparação. Segundo a técnica do IBGE, a estabilidade da população ocupada também em bases de comparação, a estabilidade no número de ocupados e desocupados na passagem de uma semana a outra, acompanhada de uma redução dos afastados, sugere

continuu em queda na terceira semana de junho, para 13,3%, abaixo de 15% na semana anterior e 15,2% no início de maio. Em edição anterior da pesquisa, o diretor adjunto de Pesquisas do IBGE, Cimar Azeredo, já havia afirmado que essa queda não é algo a ser comemorado.

"Em tempos de crise, a informalidade funciona como um colchão amortecedor para as pessoas que vão para o trabalho, 15,2 milhões de pessoas apresentavam pelo menos um sintoma associado à Covid-19. O patamar ficou estável em relação à semana anterior (15,6 milhões) e caiu em relação ao início de maio (16,8 milhões). Entre os que apresentaram sintomas, 3,1 milhões buscaram atendimento de saúde e mais de 85% destes atendimentos foram prestados na rede pública.

Apesar da primazia do setor público, o número de pessoas que buscaram atendimento privado cresceu, para 440 mil pessoas, ante 271 mil na semana anterior e 250 mil no início de maio. "Isso pode sugerir que, com a flexibilização, houve uma mudança no perfil das pessoas que apresentam sintomas, especialmente em relação às condições econômicas", disse Maria Lúcia.

O primeiro obito pelo coronavírus no país foi no dia 17 de março. A partir daí, o país promoveu o fechamento de bares, restaurantes e comércio. Em abril, os efeitos econômicos começaram a ser sentidos com mais intensidade. O impacto continuou em maio e junho, com efeitos no mercado de trabalho.

EQUATORIAL ENERGIA S.A.
 CNPJ nº 02.220.438/00-70 - INSC ESTADUAL nº 01.000.000-01
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2020
 A ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2020, sob a presidência de Maria Lúcia, coordenadora da pesquisa, a estabilidade da população ocupada também em bases de comparação, a estabilidade no número de ocupados e desocupados na passagem de uma semana a outra, acompanhada de uma redução dos afastados, sugere

CÂMARA MUNICIPAL DE RINCÃO
 ESTADO DE SÃO PAULO
EDITAL DE ATA DE JULGAMENTO
PROCESSO Nº 01/2019 - TOMADA DE PREÇO Nº 01/2019
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARES ESPECÍFICOS PARA ÁREA PÚBLICA, INTEGRADOS, PARA ÁREAS LIGADAS A ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA, ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS E OUTROS SISTEMAS DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E LEGISLATIVA COM ATUALIZAÇÃO DAS ALTERAÇÕES LEGAIS, CORRETIVAS E EVOLUTIVAS, INCLUINDO CONVERSÃO, IMPLANTACÃO, TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO, NA CONFORTIDADE DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES NO ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA) E ANEXO II (DESCRIÇÃO DOS SISTEMAS).
 A Comissão de Licitação da Câmara Municipal de Rincão, nomeada pela Portaria 02/2020, julga vencedor do certame a empresa classificada em 1º lugar: EDDYDATA INTEGRADOS DE INFORMÁTICA LTDA - EPP.
 Fixam os interessados beneficiários de que o prazo para interposição de recursos é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação deste ato.
 Rincão, 07 de Junho de 2020.
 COMISSÃO DE LICITAÇÃO -
 SILVIA MARA SARONE STOCHI
 CESAR FELIX VIEIRA
 THERYZINHA SARONE

FOUNTERIA

Senado cobra proposta para não derrubar veto a desoneração

Iara Lemus e Danielle Brant

As associações são realizadas diretamente pelos presidentes do Senado, Davi Colombari (DEM-AP), e da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), com o ministro da Economia, Paulo Guedes.

Para senadores, Guedes já manifestou que o governo tem interesse de manter a desoneração, mas a grande dificuldade de momento seria encontrar as formas de compensação. Por esse motivo, ainda não apresentou proposta aos congressistas.

"Nesse aspecto, tem unanimidade. O governo e o Congresso não têm nada a discutir", disse a senadora Simone Tebet (MDB-MS), presidente da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça).

Agora é achar a forma e o conteúdo do governo que, desta vez, não pode colocar o carro na frente dos bois. Não dá para aproveitar este momento para reestruturar a desoneração criando um novo tributo, afirmou.

A derrubada iminente do veto alterou o governo. Tanto no Senado quanto na Câmara há votos. A fim de evitar uma derrota no Congresso, o governo precisa de uma maioria que deve ser apresentada aos congressistas nas próximas semanas. A taxa de lucros e dividendos é tida como uma possibilidade.

"Eu tenho a esperança de que essa negociação vai evoluir, mas o governo precisa da receita compensatória. É uma questão de sensatez. Temos voto para derrubar o veto e o governo derrubará o veto", disse o senador Fernando Collor (PP-SC). Atualmente, a desoneração

abrange, por exemplo, empresas do ramo de informática, com desenvolvimento de sistemas, processamento de dados e criação de jogos eletrônicos, call center e empresas de comunicação (mídia).

Na quinta-feira (9), entidades da indústria enviaram o veto à Câmara e a líderes partidários da Câmara em que criticaram o veto de Bolsonaro.

O documento é assinado por 36 associações, Federações e sindicatos, que defendem o adiamento da medida como forma de preservar cadeias de produção que atin-

gem cerca de 6 milhões de empregos formais diretos.

O impacto da revogação da folha em meio à atual crise seria insustentável para esses setores e acarretaria consequências drásticas para seus trabalhadores.

Indutores, empresas, consumidores e sindicatos, que defendem o adiamento da medida, pedem a "urgente reversão" do veto pelo Congresso.

A indústria lembrou que o veto ao Congresso "usa de estratégias para reverter o veto e ajudar na preservação desses estratégicos setores e seus empregos".

Senado cobra proposta para não derrubar veto a desoneração

Artérios Participações S.A.

Balancete Patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Dados expressos em milhares de reais - R\$)		Demonstração do Resultado e Lucros em 2019 e 2018 (Dados expressos em milhares de reais - R\$)		Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios finais em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Dados expressos em milhares de reais - R\$)		
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Ativo						
Ativo Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	4.467	1.271				
Contas a receber - partes relacionadas	2.716	544				
Impostos a recuperar	274	121				
Total do ativo circulante	7.457	1.936				
Ativo Não Circulante						
Impostos a recuperar	1.366	204				
Investimentos em empresas e cotistas	1.136	361				
Total do ativo não circulante	2.502	565				
Total do Ativo	9.959	2.501				
Passivo e Patrimônio Líquido						
Passivo Circulante						
Contas a pagar	7	423				
Provisões	8	1.199				
Contas a pagar - partes relacionadas	8	1.199				
Total do passivo circulante	23	2.821				
Passivo Não Circulante						
Impostos a recuperar	11.346	2.844				
Reserva de lucros	12.206	10.144				
Dividendos a receber	10.206	10.144				
Total do passivo não circulante	33.758	23.132				
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	33.781	25.953				
Patrimônio Líquido						
Capital Social	10.150	10.150				
Reserva de Lucros	12.206	10.144				
Reserva de Retenções	11.425	9.659				
Total do Patrimônio Líquido	33.781	29.953				

Demonstração do Resultado e Lucros em 2019 e 2018 (Dados expressos em milhares de reais - R\$)		Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios finais em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Dados expressos em milhares de reais - R\$)		
	2019	2018	2019	2018
Receitas Operacionais				
Vendas e serviços	11.991	10.144		
Outras receitas operacionais	23.252	20.144		
Total das Receitas Operacionais	35.243	30.288		
Despesas Operacionais				
Despesas com vendas e serviços	29.027	26.475		
Despesas administrativas	13.206	10		
Despesas financeiras	12	11.187		
Total das Despesas Operacionais	42.245	37.672		
Resultado Operacional	(7.002)	(7.384)		
Resultado Financeiro				
Receitas financeiras	10	10		
Despesas financeiras	(1.187)	(11.187)		
Total do Resultado Financeiro	(1.177)	(11.177)		
Resultado Líquido	(8.179)	(18.561)		
Imposto de Renda				
Imposto de Renda	10	10		
Total do Imposto de Renda	10	10		
Resultado Líquido após Imposto de Renda	(8.189)	(18.571)		
Resultado antes do Imposto de Renda	(7.173)	(7.381)		
Resultado após Imposto de Renda	(8.189)	(18.571)		
Resultado antes do Imposto de Renda	(7.173)	(7.381)		
Resultado após Imposto de Renda	(8.189)	(18.571)		

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios finais em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Dados expressos em milhares de reais - R\$)		
	2019	2018
Capital Social		
Capital Social	10.150	10.150
Reserva de Lucros		
Reserva de Lucros	12.206	10.144
Reserva de Retenções		
Reserva de Retenções	11.425	9.659
Total do Patrimônio Líquido	33.781	29.953

Senado cobra proposta para não derrubar veto a desoneração

As associações são realizadas diretamente pelos presidentes do Senado, Davi Colombari (DEM-AP), e da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), com o ministro da Economia, Paulo Guedes.

Para senadores, Guedes já manifestou que o governo tem interesse de manter a desoneração, mas a grande dificuldade de momento seria encontrar as formas de compensação. Por esse motivo, ainda não apresentou proposta aos congressistas.

"Nesse aspecto, tem unanimidade. O governo e o Congresso não têm nada a discutir", disse a senadora Simone Tebet (MDB-MS), presidente da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça).

Agora é achar a forma e o conteúdo do governo que, desta vez, não pode colocar o carro na frente dos bois. Não dá para aproveitar este momento para reestruturar a desoneração criando um novo tributo, afirmou.

A derrubada iminente do veto alterou o governo. Tanto no Senado quanto na Câmara há votos. A fim de evitar uma derrota no Congresso, o governo precisa de uma maioria que deve ser apresentada aos congressistas nas próximas semanas. A taxa de lucros e dividendos é tida como uma possibilidade.

"Eu tenho a esperança de que essa negociação vai evoluir, mas o governo precisa da receita compensatória. É uma questão de sensatez. Temos voto para derrubar o veto e o governo derrubará o veto", disse o senador Fernando Collor (PP-SC). Atualmente, a desoneração

abrange, por exemplo, empresas do ramo de informática, com desenvolvimento de sistemas, processamento de dados e criação de jogos eletrônicos, call center e empresas de comunicação (mídia).

Na quinta-feira (9), entidades da indústria enviaram o veto à Câmara e a líderes partidários da Câmara em que criticaram o veto de Bolsonaro.

O documento é assinado por 36 associações, Federações e sindicatos, que defendem o adiamento da medida como forma de preservar cadeias de produção que atin-

gem cerca de 6 milhões de empregos formais diretos.

O impacto da revogação da folha em meio à atual crise seria insustentável para esses setores e acarretaria consequências drásticas para seus trabalhadores.

Indutores, empresas, consumidores e sindicatos, que defendem o adiamento da medida, pedem a "urgente reversão" do veto pelo Congresso.

A indústria lembrou que o veto ao Congresso "usa de estratégias para reverter o veto e ajudar na preservação desses estratégicos setores e seus empregos".

Balancete Patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Dados expressos em milhares de reais - R\$)		Demonstração do Resultado e Lucros em 2019 e 2018 (Dados expressos em milhares de reais - R\$)		Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios finais em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Dados expressos em milhares de reais - R\$)		
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Ativo						
Ativo Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	4.467	1.271				
Contas a receber - partes relacionadas	2.716	544				
Impostos a recuperar	274	121				
Total do ativo circulante	7.457	1.936				
Ativo Não Circulante						
Impostos a recuperar	1.366	204				
Investimentos em empresas e cotistas	1.136	361				
Total do ativo não circulante	2.502	565				
Total do Ativo	9.959	2.501				
Passivo e Patrimônio Líquido						
Passivo Circulante						
Contas a pagar	7	423				
Provisões	8	1.199				
Contas a pagar - partes relacionadas	8	1.199				
Total do passivo circulante	23	2.821				
Passivo Não Circulante						
Impostos a recuperar	11.346	2.844				
Reserva de lucros	12.206	10.144				
Dividendos a receber	10.206	10.144				
Total do passivo não circulante	33.758	23.132				
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	33.781	25.953				
Patrimônio Líquido						
Capital Social	10.150	10.150				
Reserva de Lucros	12.206	10.144				
Reserva de Retenções	11.425	9.659				
Total do Patrimônio Líquido	33.781	29.953				

Senado cobra proposta para não derrubar veto a desoneração

As associações são realizadas diretamente pelos presidentes do Senado, Davi Colombari (DEM-AP), e da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), com o ministro da Economia, Paulo Guedes.

Para senadores, Guedes já manifestou que o governo tem interesse de manter a desoneração, mas a grande dificuldade de momento seria encontrar as formas de compensação. Por esse motivo, ainda não apresentou proposta aos congressistas.

"Nesse aspecto, tem unanimidade. O governo e o Congresso não têm nada a discutir", disse a senadora Simone Tebet (MDB-MS), presidente da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça).

Agora é achar a forma e o conteúdo do governo que, desta vez, não pode colocar o carro na frente dos bois. Não dá para aproveitar este momento para reestruturar a desoneração criando um novo tributo, afirmou.

A derrubada iminente do veto alterou o governo. Tanto no Senado quanto na Câmara há votos. A fim de evitar uma derrota no Congresso, o governo precisa de uma maioria que deve ser apresentada aos congressistas nas próximas semanas. A taxa de lucros e dividendos é tida como uma possibilidade.

"Eu tenho a esperança de que essa negociação vai evoluir, mas o governo precisa da receita compensatória. É uma questão de sensatez. Temos voto para derrubar o veto e o governo derrubará o veto", disse o senador Fernando Collor (PP-SC). Atualmente, a desoneração

abrange, por exemplo, empresas do ramo de informática, com desenvolvimento de sistemas, processamento de dados e criação de jogos eletrônicos, call center e empresas de comunicação (mídia).

Na quinta-feira (9), entidades da indústria enviaram o veto à Câmara e a líderes partidários da Câmara em que criticaram o veto de Bolsonaro.

O documento é assinado por 36 associações, Federações e sindicatos, que defendem o adiamento da medida como forma de preservar cadeias de produção que atin-

gem cerca de 6 milhões de empregos formais diretos.

O impacto da revogação da folha em meio à atual crise seria insustentável para esses setores e acarretaria consequências drásticas para seus trabalhadores.

Indutores, empresas, consumidores e sindicatos, que defendem o adiamento da medida, pedem a "urgente reversão" do veto pelo Congresso.

A indústria lembrou que o veto ao Congresso "usa de estratégias para reverter o veto e ajudar na preservação desses estratégicos setores e seus empregos".

Senado cobra proposta para não derrubar veto a desoneração

Senado cobra proposta para não derrubar veto a desoneração

mercado coronavírus

Bolsa recupera 100 mil pontos após 4 meses

Tratamento experimental contra o coronavírus anima investidor; desde a mínima do ano, Ibovespa acumula alta de 57%

Júlia Moura

SÃO PAULO A Bolsa brasileira fechou acima dos 100 mil pontos pela primeira vez desde 5 de março. O Ibovespa, maior índice acionário do país, fechou em alta de 0,87%, a 100.031 pontos, acompanhando o desempenho positivo das principais Bolsas globais. Investidores ficaram otimistas com o resultado de um tratamento experimental para o coronavírus, apesar do avanço da doença nos EUA. A Gilead Sciences informou nesta sexta que um estudo em estágio avançado mostrou que seu medicamento antiviral reduziu o tempo de recuperação de forma significativa e a recuperação clínica e reduziu em 62% o risco de morte em pacientes com Covid-19. Segundo a farmacêutica, a descoberta requer confirmação em futuros ensaios clínicos. Na semana, marcada pela melhora acima do esperado do comércio em maio, a Bolsa brasileira avançou 3,4%. Em Nova York, os pontos subiu 1,44%. O S&P 500 teve alta de 1%, e a Nasdaq, de 0,66%.

Bolsa tem recuperação em V e volta aos 100 mil pontos

Em 2008, a recuperação levou mais tempo



O dólar fechou em queda de 0,26% a R\$ 5,325. Embora continue distante dos quase 120 mil pontos que alcançou no final de janeiro, o Ibovespa já acumula variação de 57,35% desde a mínima do ano, registrada em março, após seis circuit breakers — paralisação temporária nas negociações em fortes quedas do Ibovespa — e a declaração de pandemia pela OMS (Organização Mundial da Saúde). Foi exagerada a queda da Bolsa em março, e talvez essa recuperação seja exagerada, porque coisas ainda não estão sanadas, consertadas, ou tranquilas, apesar de notícias mais positivas. Vamos ver altos e baixos de casos da doença no Brasil e nos EUA, diz Rodrigo Molteni, economista e editor de derivativos da Veedha Investimentos. Os juros baixos, a injeção de liquidez pelos bancos centrais e a melhora de dados econômicos nos últimos meses impulsionaram a recuperação do índice. O rápido avanço de vacinas promissoras também anima investidores. "A marca de 100 mil pontos é extremamente positiva, mas será atingida", diz Simone Passinato, economista-chefe da Red Investimentos. Ela aponta que o mercado esperava que o Ibovespa retomassem a alta ainda no primeiro semestre. Segundo a economista, em março, empresas perderam valor de mercado com a correria de investidores e fundos para se desfazer de ativos de risco, mas o valor patrimonial (patrimônio líquido dividido pelo número de ações) das companhias não caiu tanto como o preço das ações.

"O tombo foi muito grande, estamos nos recuperando do mesmo jeito. O caminho é longo, ainda temos 20% para recuperar e voltar aos 120 mil pontos. Essa parte que é a mais dolorida", diz Simone. Segundo a pesquisa semanal Focus, o mercado esperava uma queda de 6,5% no PIB deste ano e avanço de 3,5% em 2021. Para Simone, a recuperação da Bolsa não quer dizer que o Brasil está em recuperação econômica. "Do mesmo jeito que a economia real, o mercado representa a economia real, são poucas empresas no índice, e a grande maioria vai conseguir se recuperar. Elas não são representativas das micro e pequenas empresas que vão continuar a sofrer", diz Simone. O Ibovespa é composto de 72 companhias e, segundo sua descrição, "reúne as empresas mais importantes do mercado de capitais brasileiro". Nesta sessão, as ações da CVC lideraram os ganhos do Ibovespa, com alta de 14%, após o conselho da companhia aprovar um aumento de capital que pode chegar a R\$ 723 milhões. Com Reuters

Table with financial data for SPI Sociedade para Participações e Infraestrutura S/A. Includes sections for Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, and Notas Explicativas.

Official registration documents for EQIARTEC ENERGIA S.A. and EQIARTEC ENERGIA S.A. ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA. Includes meeting minutes and resolutions.

Consumo e investimento fracos devem 'segurar' o Brasil

Cenário de restrição fiscal dificulta a manutenção ou ampliação do pacote de ajuda para conter os efeitos da crise

Por **Hugo Passarelli** — De São Paulo

13/07/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



Silvia Matos, do Ibre/FGV: “a pergunta que fica é até onde conseguimos fazer essa ponte de transferência de renda” — Foto: Ana Paula Paiva/Valor

Atingido pela crise da covid-19 sem se recuperar da última recessão, o Brasil deve ter uma lenta retomada da economia nos próximos trimestres. O consumo das famílias e o investimento terão pouca força para puxar a atividade e o governo, com alto endividamento, não terá fôlego para estender as medidas de estímulo. Além de

frágil, a retomada estará sujeita a solavancos se as contaminações pelo vírus, ainda não controladas, forcingem novo endurecimento da quarentena, apontam os analistas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV). O cenário de restrição fiscal dificulta a manutenção ou ampliação do pacote adotado para amortecer o choque da pandemia, em especial as transferências de renda aos mais pobres e aos trabalhadores informais.

A dúvida do momento é sobre como vai reagir a atividade quando essas medidas forem retiradas. “Temos um cobertor fiscal curto, a pergunta que fica é até onde conseguimos fazer essa ponte de transferência de renda. Não há tanto espaço para ir com essas políticas além do terceiro trimestre”, diz Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do Ibre/FGV.

Nas últimas semanas, o mercado diminuiu parte do pessimismo sobre a retração do Produto Interno Bruto (PIB) em 2020 e agora prevê uma queda em torno de 6,5%. Com isso, escassearam estimativas de tombo na casa de 8% a 10%. O Ibre/FGV recalibrou as projeções após a última rodada de indicadores e agora estima queda de 5,5% do PIB neste ano - a previsão anterior era um recuo de 6,4%. No segundo trimestre, a baixa deverá ser de 9% ante os três meses anteriores.

“Esse otimismo de curto prazo está muito mais relacionado ao consumo de bens do que ao desempenho dos serviços, cujo cenário ainda é muito difícil”, afirma Luana Miranda, pesquisadora do Ibre/FGV.

Na sexta-feira, o IBGE informou que o setor de serviços caiu 0,9% em maio ante abril, na contramão da indústria e varejo, que mostraram recuperação parcial das perdas da crise em igual período. Nos quatro últimos meses, o tombo acumulado do segmento chega a quase 20%

Silvia lembra que em lugares como a Suécia, onde a pandemia está longe de ser controlada, o baque sobre as atividades presenciais ainda é sentido.

“O efeito [de uma segunda onda de contaminações] pode afetar a recuperação, principalmente no setor de serviços. Pode tornar esse processo muito difícil de ser restaurado”, afirma.

Analistas também lembram que, mesmo após a reabertura da economia, as famílias devem manter cautela nos gastos. “Houve uma melhora do consumo, mas ainda observamos uma queda muito intensa, confirmada pelos indicadores de alta frequência”, afirma Luana.

À frente, também sobram incertezas sobre a qualidade da recuperação do mercado de trabalho. “Não sabemos como vai ser a geração de renda”, diz Silvia.

Além da demanda fraca das famílias, Luana destaca que a perspectiva para o investimento é desalentadora, com forte queda na produção de bens de capital.

“O Brasil é muito disfuncional. Se não houver um ambiente de negócios mais favorável vai ser muito difícil acelerar o crescimento. Poderia ser por um ciclo de investimentos, mas ainda estamos distantes disso”, diz a coordenadora do Boletim Macro.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Na hora de pagar, alguns dias fazem diferença
SANTANDER FREE

LINK PATROCINADO

Ele tem 83 anos e nunca sofreu de prostatite, graças esse óleo.
PROST+ACTIVE

LINK PATROCINADO

Primeira parcela só para fevereiro de 2021!
MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Simple receita antiga pode mudar sua próstata em alguns dias.
PROST+ACTIVE

LINK PATROCINADO

Juntos na Estrada com o Mercedes Club
MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Varizes tem solução: Anvisa libera fórmula que trata varizes em casa sem cirurgia



Por Sergio Lamucci

É repórter do Valor desde o fim de 2003. Em 2002, ganhou o P... [ver mais](#)

O difícil equilíbrio da política fiscal

Dívida elevada e economia anêmica complicam cenário

13/07/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

A condução da política fiscal terá grandes desafios já neste semestre, mas especialmente no ano que vem. O país deve terminar 2020 com uma dívida bruta na casa de 95% do PIB, o que aponta para a necessidade de retomada do ajuste das contas públicas. Ao mesmo tempo, uma contração fiscal muito forte pode ter consequências negativas para a economia, num cenário em que ainda não se sabe como famílias e empresas reagirão no pós-pandemia.

Se o governo não indicar um caminho crível de consolidação das contas públicas, as expectativas sobre a trajetória fiscal podem se deteriorar, elevando o risco país e os juros futuros. Com isso, a manutenção da Selic em níveis baixos por um longo período pode entrar em xeque. No entanto, um ajuste fiscal muito abrupto pode minar a recuperação da economia, o que seria péssimo para o mercado de trabalho e para a própria dinâmica da dívida pública.

Dívida elevada e economia anêmica complicam cenário



 Volkswagen - Sponsored

A pré-venda do Nivus é um sucesso.

O lançamento da Volkswagen tem design inovador, central multimídia VW Play e condições imperdíveis de

Em post publicado na semana passada no blog do Fundo Monetário Internacional (FMI), o diretor do departamento de Assuntos Fiscais, Vitor Gaspar, e a economista-chefe da instituição, Gita Gopinath, afirmam que a política fiscal terá que continuar a ser flexível e a apoiar a economia até que uma saída segura e duradoura da crise esteja assegurada. “Embora a trajetória da dívida pública possa subir adicionalmente num cenário adverso, uma retração fiscal prematura representa um risco ainda maior de tirar a recuperação dos trilhos, com maiores custos fiscais futuros”, escrevem os economistas do FMI. A necessidade de manter o apoio fiscal é clara, mas a questão é como os países podem financiá-lo sem que a dívida se torne insustentável, apontam Gaspar e Gita. Eles observam que a expectativa de que o custo de empréstimo dos governos permaneça baixo por um longo tempo ajuda nessa tarefa, mas dizem cautela é aconselhável. Há uma grande diversidade de níveis de endividamento e de capacidade de financiamento entre os países, lembram eles.

A dívida bruta brasileira vai subir quase 20 pontos percentuais neste ano, para cerca de 95% do PIB, em função das medidas de combate à doença e da perda de receita. Já o endividamento médio dos emergentes em 2020 deve ficar em 63% do PIB, estima o FMI. Esses números sugerem que o Brasil tem pouquíssimo espaço de manobra fiscal. Ao mesmo tempo, um tranco exagerado na política fiscal pode prejudicar a recuperação pós-pandemia. Como vai se comportar o consumidor depois do fim do auxílio emergencial e com uma situação difícil no mercado de trabalho? Ainda que o governo implemente neste ano um programa de transferência de renda mais amplo que o Bolsa Família, ele deve ter uma dimensão menor que o atual benefício. O valor tende a ser mais baixo que os atuais R\$ 600, e concentrado numa fatia menor da população.

Também é difícil acreditar numa recuperação rápida do investimento privado. As empresas têm enorme capacidade ociosa e o nível de incerteza deve seguir elevado. Há o risco de uma reaceleração dos casos e mortes pela covid-19 e o governo de Jair Bolsonaro é uma grande fonte de instabilidade.

Em relatório do J.P. Morgan da semana passada, intitulado “Esta vez é diferente”, os economistas Nora Szentivanyi e Jahangir Aziz dizem que, nesta crise, é mais provável os emergentes melhorarem a dinâmica de médio prazo da dívida dando apoio ao crescimento do que por meio de uma rápida consolidação fiscal. Diferentemente de outras crises que costumam atingir esses países, a turbulência atual não foi causada por estímulo à demanda e superaquecimento, segundo eles.

Com isso, restaurar a confiança dos investidores com medidas como um forte ajuste fiscal e corrigir excessos passados pela reestruturação de balanços não seriam “precondições para a retomada”. Apertar as contas públicas para lidar com temores de instabilidade pode ser um tiro pela culatra se prejudicar o crescimento de médio prazo, dizem os economistas. No relatório, os dois fazem cinco simulações para a trajetória da dívida de 22 países emergentes, entre eles o Brasil. Segundo o exercício, o baixo crescimento leva a dívida a subir muito mais do que déficits fiscais elevados. Na simulação em que o rombo primário (exclui gastos com juros) é maior do que o previamente estimado em 3 pontos percentuais do PIB em 2020, 2 pontos em 2021 e 1 ponto em 2022, a dívida brasileira fica 2,9 pontos do PIB maior do que no cenário-base para o indicador, em que atinge 99% do PIB em 2029. Na hipótese de um crescimento nominal do PIB 2 pontos percentuais abaixo do projetado de 2022 em diante, o endividamento bruto do Brasil ficaria 17,4 pontos maior.

O exercício tem limitações, obviamente, considerando as mesmas hipóteses para todos os países. Além disso, um quadro fiscal pior pode implicar em menor crescimento, se isso levar a um aumento dos juros e a uma forte desvalorização do câmbio.

A novidade do relatório é menos apontar para os riscos de uma consolidação fiscal muito rápida, uma vez que diversos economistas advertem para esse risco. O incomum é um estudo de um grande banco alertar para os potenciais problemas de um ajuste muito severo em países emergentes. Esse tipo de percepção pode indicar

que uma consolidação fiscal mais gradual tem chance de ser recebida sem grande desconforto pelos investidores.

O difícil é como chegar a esse equilíbrio. Os economistas do J.P. Morgan afirmam que, como boa parte da deterioração fiscal ainda está por vir, manter a calma dos mercados requer das autoridades dos países emergentes o compromisso com uma âncora fiscal crível de médio prazo e com a volta aos arranjos de política fiscal e monetária anteriores à crise.

Em 2021, há uma possibilidade considerável de rompimento do teto de gastos. As despesas da União poderão subir apenas R\$ 31 bilhões, pelo critério de correção que segue a inflação em 12 meses até junho do ano anterior. Para que o limite seja respeitado, será preciso cortar muito as despesas discricionárias, como investimentos e as de custeio da máquina pública, que já estão no talo. Isso tende a aumentar a pressão para alguma flexibilização do teto. O momento é delicado para a mudança, porque o mecanismo ancora as expectativas fiscais de longo prazo, ainda que tenha problemas. Mas um aumento tão modesto das despesas em 2021 pode levar a mudanças. Se elas ocorrerem, é fundamental que haja regras rigorosas para conter gastos como salários dos servidores, já previstos nos gatilhos caso o teto seja rompido. Isso indicaria o compromisso fiscal, ao mesmo tempo em que se permitiria um ajuste mais gradual, o que pode ser desejável em resposta a uma crise tão complexa.

Sergio Lamucci é editor de Brasil e escreve quinzenalmente

E-mail: sergio.lamucci@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Ele tem 83 anos e nunca sofreu de prostatite, graças esse óleo.

PROST+ACTIVE

LINK PATROCINADO

Simple receita antiga pode mudar sua próstata em alguns dias.

PROST+ACTIVE

LINK PATROCINADO

Retomada da China é 'farol imperfeito' e não indica tendência global

Altos níveis de poupança e peso menor dos serviços favorecem a aceleração da economia chinesa

Por **Hugo Passarelli** — De São Paulo

13/07/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas





Livio Ribeiro: "A China se destaca, entre as grandes economias globais, como a única que deve ter expansão no PIB neste ano" — Foto: Ana Paula Paiva/Valor

Os sinais de reação da atividade na China após o primeiro choque da pandemia do novo coronavírus são um "farol imperfeito" do que deve acontecer nas maiores economias, incluindo o Brasil. Com menor peso do setor de serviços no Produto Interno Bruto (PIB) e elevada poupança interna, o país asiático tem condições de sair mais rapidamente da crise do que o resto do mundo.

Isso deve frustrar analistas que têm observado a retomada chinesa como antecedente da volta à normalidade, alertam pesquisadores do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV). "A China tem movimentos de retomada bastante claros e os analistas têm usado isso como indicativo que o mundo vai voltar rápido. É preciso cuidado com essa extrapolação", afirma Livio Ribeiro, pesquisador associado do Ibre/FGV.

Os índices de gerentes de compras (PMI, em inglês), termômetros do nível de atividade, foram os primeiros a detectar a largada da China. Por lá, os PMIs mostraram retomada mais veloz, sobretudo nas manufaturas, na análise dos dados nos meses de fevereiro a junho. "Entre as grandes economias, a China é o único onde PMIs estão rodando acima de 50, apesar de outros países também terem retomada", afirma Ribeiro.

Vantagens comparativas

Perfil da economia da China favorece retomada rápida

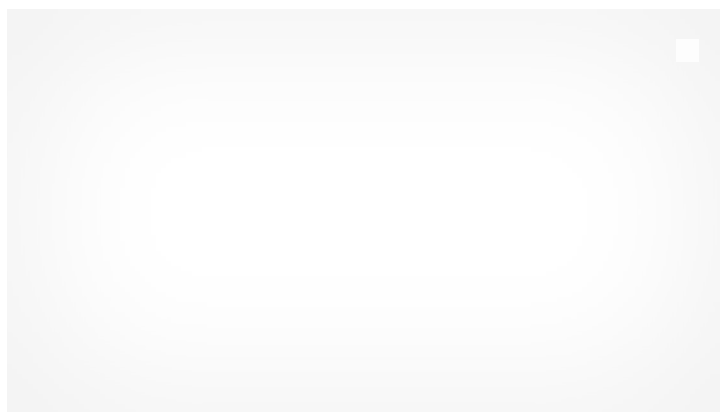
■ **Serviços têm peso menor no PIB chinês**
Participação dos setores na economia - em %

	Agricultura	Indústria	Serviços
Estados Unidos	0,90	19,10	80
Reino Unido	0,70	20,20	79,20
França	1,70	19,50	78,80

Brasil	6,60	20,70	72,70
União Europeia	1,60	25,10	70,90
Japão	1,10	30,10	68,70
Alemanha	0,70	30,70	68,60
Rússia	4,70	32,40	62,30
Índia	15,40	23	61,50
China	7,90	40,50	51,60
Indonésia	13,70	41	45,40

Fonte: Banco Mundial; elaboração: Livio Ribeiro - Ibre/FGV

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Já nos indicadores de produção industrial, os dados mais recentes mostram alta anualizada de 4,4% na China em maio, enquanto nos demais, como Estados Unidos e União Europeia, o tombo, na casa dos dois dígitos, foi apenas suavizado.

Com esses resultados, analistas têm revisto para cima as projeções para o crescimento chinês de abril a junho e para o número fechado deste ano, após uma queda anualizada de 6,8% no primeiro trimestre. Há ainda elevado grau de dispersão entre as previsões, mas as estimativas mais otimistas de banco estrangeiros apontam para chance de avanço do PIB ao redor de 3% do país em 2020. No segundo trimestre, a expectativa mediana do mercado é de alta de 2,2% no período. O número oficial deve ser conhecido nesta semana.

O perfil do PIB chinês joga a favor: entre as principais economias globais, a China é a com menor fatia do setor de serviços, com pouco mais de 50%. O mais comum é algo entre 60% e 70%. Isso ganha relevância na crise sanitária porque, a partir das

pesquisas já disponíveis, já se sabe que a indústria tende a se recuperar mais rápido do que os serviços, cujas atividades são eminentemente presenciais.

Do lado dos consumidores e governo, também há mais munição para tirar a China da crise neste momento. Primeiro, porque as famílias chinesas têm, tradicionalmente, elevado nível de poupança. Assim, a “travessia” entre o momento mais agudo da pandemia e a reabertura da economia não precisou de auxílio direto do governo, ao contrário da maior parte das nações. Na China, a taxa de poupança equivale a 47,4% do PIB, contra apenas 16,5% do PIB no Brasil, segundo números do Banco Mundial.

Até meados de junho, o índice de estímulo econômico da covid-19 (CESI, em inglês), uma medida criada para aferir o quanto os governos têm gastado com a crise, mostrou que, em comparação com o resto do planeta, a China tem tido atuação moderada. Os estímulos fiscais, por exemplo, representam por ora 3,5% do PIB do país, muito abaixo do que os EUA (13,9%), Europa (11,3%) e até mesmo do Brasil (10%).

“A China, na média, fez muito menos do que a média global até o início de junho e nas suas aberturas”, explica Ribeiro. A pesquisa inclui as medidas de crédito, estímulo fiscal, pacotes monetários, cortes de juros, entre outros.

A coordenadora do Boletim Macro do Ibre/FGV, Silvia Matos, lembra que nem só o tamanho dos pacotes de ajuda deve ser observado nesta análise. “O debate não é, no caso do Brasil, se estamos fazendo muito ou pouco, mas se o desenho das medidas está ajustado. É mais sobre qualidade do que quantidade”, diz.

A combinação entre os dois fatores permite que o Estado chinês atue para fortalecer a demanda no momento em que a economia também se aquece “naturalmente”, o que deve dar fôlego extra para a recuperação chinesa. A organização política também é outro fator que ajudou no controle da pandemia e, portanto, facilitou a reabertura da economia. “O choque da covid-19 é mais fácil de combater no ‘framework’ asiático, onde os cidadãos abrem mão de liberdade em troca de maior controle e organização, do que em nosso modelo”, explica Ribeiro.

O Ibre/FGV considera como provável o cenário do Fundo Monetário Internacional (FMI) para a China em 2020. Pelas contas da entidade, o PIB do país deve crescer 1% neste ano. “A China se destaca, das grandes economias globais, como a única que deve ter expansão no PIB neste ano, apesar de usualmente menor do que acontece”, afirma Ribeiro.

Apesar do otimismo, alguns fatores podem complicar a reação chinesa. Por ser o primeiro país a ser atingido pela pandemia, também há risco de retroalimentação a partir dos efeitos negativos “importados”. A abertura do PMI de manufatura evidencia isso: os subindicadores de ordens de exportação e de nível de emprego operavam, em junho, em 42,6 e 49,1 pontos, respectivamente - o que indica ainda contração da atividade. “Mas como a China estimula a demanda interna na ascendente [da crise], já está se preparando para esse possível choque negativo que virá de fora [numa segunda onda da covid-19]”, afirma Ribeiro.

Além da covid-19, o que deve pesar na atividade chinesa a partir de agora é o risco de segunda onda da guerra comercial com os Estados Unidos. As metas traçadas para a trégua entre o embate os dois países são, em grande medida, inatingíveis. Há, portanto, espaço para retaliação americana, o que tem relação direta com as pretensões eleitorais de Donald Trump.

Saiba Mais

[Choque mais forte impede China de puxar recuperação](#)

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Chega de pagar anuidade do cartão de crédito
SANTANDER FREE

LINK PATROCINADO

Uma plataforma virtual de vendas inédita.
MERCEDES-BENZ DO BRASIL